



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA GERAL – SG
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL – SEORI
DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – DETIC
GERÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS – GEINF
COORDENAÇÃO DE SUPORTE – COSUP

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO DA CONTRATAÇÃO – (IN. 01/2019, ART. 13)

Aquisição ativos de rede e de software de gerenciamento, treinamento e instalação da solução, pelo período de 60 (sessenta) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

2 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC - (IN. 01/2019, ART. 14)

2.1. BENS E SERVIÇOS QUE COMPOEM A SOLUÇÃO

As especificações constantes deste Termo de Referência foram precedidas de estudo técnicos preliminares realizados conforme as Instruções Normativas SGD/ME nº 202/2019/2021.

Grupo	Item	Descrição do Bem ou Serviço	Código CATMAT/CATSER	Quantidade	Métrica ou Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	1	Switch Núcleo	122971	2	Unidade	R\$ 319.961,93	R\$ 639.923,85
	2	Switch de Distribuição	122971	2	Unidade	R\$ 213.354,47	R\$ 426.708,93
	3	Switch de Borda	122971	6	Unidade	R\$ 160.077,76	R\$ 960.466,56
	4	Transceptor Óptico 1000 Base-T SFP RJ45	150812	40	Unidade	R\$ 541,67	R\$ 21.666,78
	5	Transceptor Óptico 10Gb Base-X SR	150812	15	Unidade	R\$ 1.192,60	R\$ 17.888,99
	6	Transceptor Óptico 10Gb Base-X LR	150812	36	Unidade	R\$ 5.100,20	R\$ 183.607,20
	7	Software de Gerenciamento	27464	1	Unidade	R\$ 45.624,96	R\$ 45.624,96
	8	Serviço de Instalação e Configuração	27537	1	Serviço	R\$ 62.000,00	R\$ 62.000,00
	9	Treinamento	27537	1	Serviço	R\$ 17.000,00	R\$ 17.000,00
	VALOR TOTAL ESTIMADO:						R\$ 2.374.887,27

3 – JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO - (IN. 01/2019, ART. 15)

3.1. CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1.1. O Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (DETIC), no cumprimento de suas obrigações regimentais, tem por responsabilidade a manutenção de toda a Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) do MD — a qual suporta a execução da maioria dos processos administrativos deste Ministério —, e inclui os ativos de rede.

3.1.2. Os ativos de rede integram a infraestrutura de tecnologia capaz de receber, processar e transmitir dados entre os diversos dispositivos conectados na rede de dados por um meio físico. Na sua forma mais básica, esses ativos podem encaminhar dados seletivamente para um ou mais dispositivos conectados na mesma rede. Dessa maneira, pode-se controlar o fluxo de tráfego que passa por uma rede, maximizando a eficiência e a segurança das redes de dados.

3.1.3. A demanda elencada neste documento baseia-se na necessidade da manutenção dessa infraestrutura, visando garantir o tráfego de dados entre os diversos ativos de rede de maneira satisfatória às necessidades do Ministério e, também, de mitigar os riscos relacionados a indisponibilidades decorrentes de possíveis falhas dos equipamentos — os quais não possuem contrato vigente de garantia e de suporte especializado.

3.1.4. O Objeto em questão é de extrema relevância no âmbito do Ministério, tendo em vista a disponibilização de serviços essenciais a usuários de todos os setores, sendo, portanto, considerado essencial e estratégico para o cumprimento das atividades institucionais.

3.1.5. Assim a presente aquisição visa:

- Atendimento às determinações contidas no PDTIC 2020/2023;
- Aquisição de ativos cobertos por garantia, visando mitigar riscos relacionados à indisponibilidade à perda de integridade de dados decorrentes de possíveis falhas dos equipamentos.

3.1.6. ATUAL ARQUITETURA E TOPOLOGIA DA REDE

3.1.6.1. A atual plataforma de ativos de rede (switches) do Ministério da Defesa (MD) formada pela rede do núcleo central é composta por duas camadas:

- Camada Central
- Camada de Acesso

3.1.6.2. A camada central abriga switches do tipo Core, que são equipamentos de alto desempenho, os quais devem ser robustos para suportarem grande tráfego de pacotes. A arquitetura desta camada deve proporcionar alto grau de disponibilidade, capacidade, redundância e resiliência.

3.1.6.3. A camada de acesso é a camada de switches mais próxima as máquinas dos usuários, sendo que os equipamentos ativos desta camada captam os pacotes oriundos das máquinas de usuários, impressoras, telefones VoIP e outros equipamentos da ponta, e os encaminham à Camada Central. O principal propósito da camada de acesso é fornecer um meio de conectar dispositivos à rede e controlar quais têm permissão de comunicação na rede.

3.1.6.4. Cabe destacar que a manutenção de todas as camadas apresentadas é fundamental para o perfeito funcionamento da rede da ACMD, tendo em vista que a ocorrência de um incidente ou problema em um dos equipamentos da estrutura de rede em questão, impacta diretamente no trabalho dos usuários, tornando indisponível todos os meios de TIC, como internet, impressoras, acesso ao correio eletrônico, entre outros.

3.1.6.5. Atualmente, os equipamentos da Camada Central e da Camada de Acesso já atingiram seu tempo de vida útil e estão desatualizados tecnologicamente, além de terem sua sustentação e disponibilidade comprometidas pela falta de contrato de suporte, manutenção e garantia.

3.1.6.6. A estrutura de Data Centers da ACMD é formada pelos Data Centers do núcleo central localizado no Edifício Sede e pelo Data Center do Anexo do Ministério da Defesa localizado no Bloco O.

3.1.6.7. Os atuais switches Core da rede estão configurados para formarem 1 (um) VSB (Virtual Switch Bonding). No VSB, são concentradas as fibras ópticas de interligação que conectam os 2 (dois) Data Centers.

3.1.6.8. Ligados ao switch Core da rede, estão os equipamentos de Firewall da rede da ACMD, que fazem a segmentação e proteção externa e interna da rede.

3.1.6.9. Por último, tem-se a chegada das operadoras SERPRO e TELEBRAS, que atualmente são responsáveis pelas interligações na ACMD.

3.1.6.10. No segundo CPD, localizado no subsolo do anexo do Ministério da Defesa, concentra-se o ambiente de processamento de dados e armazenamento da rede da ACMD, como o sistema VoIP, Storages e Backup.

3.1.6.11. A rede sem fio do órgão também possui equipamentos instalados nesse Data Center, quais sejam uma controladora e appliances que fazem o gerenciamento da autenticação da rede sem fio de visitantes, bem como o controle de acesso à rede e usuários.

3.1.6.12. Destaca-se que para a interconexão de todos os equipamentos listados no Data Center em questão, a ACMD dispõe de uma estrutura de switches de alto desempenho capazes de interligar a altas velocidades, os servidores do ambiente de processamento, os quais formam a base para todo o ambiente de virtualização, aos demais switches da rede e também aos firewalls da rede, que estão instalados fisicamente nos Data Centers do edifício Sede e Anexo do Ministério da Defesa.

3.2. ALINHAMENTO AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAIS

A presente contratação está alinhada com os instrumentos de planejamento dispostos nas tabelas a seguir:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS - (IN01/2019 Art. 10, Inciso I)	
A demanda em tela guarda conformidade com o Planejamento Estratégico Setorial - PES ¹ 2020-2031, na Perspectiva Processos Internos, contribuindo para aperfeiçoar a Gove Estratégica, tendo em vista as estratégias e ações setoriais de defesa; e com referencial estratégico da área de TIC ² , conforme consta abaixo.	
Estratégia Setorial de Defesa (ESD)	Ações Setoriais de Defesa (ASD)
ESD5.2 - Aperfeiçoar a Gestão	ASD5.2.2 - Realizar ações de melhoria contínua da gestão
	ASD5.2.5 - Incrementar o uso de tecnologia da informação nos processos organizacionais
	OE3: Garantir e aprimorar a Segurança de TIC
Objetivo Estratégico de TIC (OE)	OE3: Garantir e aprimorar a Segurança de TIC OE3: Garantir e aprimorar a Segurança de TIC
	OE4: Garantir a continuidade e disponibilidade dos serviços de TIC

¹ Planejamento Estratégico Setorial (PES) - Portaria Normativa nº 23/GM-MD, de 15 de abril de 2019, Portaria Normativa nº 25/GM-MD, de 16 de abril de 2019, Por 26/GM-MD, de 16 de abril de 2019.

² Referencial Estratégico da área de TIC – PDTIC 2020-2023

ALINHAMENTO AO PDTIC VIGENTE - (IN01/2019 Art. 10, Inciso I)			
Item	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
A1	Aplicar soluções para otimizar o uso da rede, provendo seu uso seguro e eficiente	M1	Manter e evoluir o parque tecnológico para acesso, local ou remoto, à red
A2	Prover link de dados para os diversos locais de interesse da ACMD	M2	Manter a disponibilidade dos enlaces de comunicações
	Prover o acesso à internet para os diversos locais de interesse da ACMD	M2.1	

ALINHAMENTO AO PAC	
Item	Descrição
20664	Switch

3.3. ESTIMATIVA DA DEMANDA

3.3.1. No Art. 34. da IN 01/2019 – SGD/ME, Subseção IV - Da Transparência, é definido que o órgão ou entidade deverá providenciar a publicação, pelo menos, dos seguintes documentos em sítio eletrônico de fácil acesso, **observando a legislação específica relativa à proteção de informações**:

- DOD;

- ETP; e
- Termo de Referência (TR) ou Projeto.

3.3.2. Para a realização da Estimativa da demanda, foram levantados dados os quais a **Equipe classifica como sensíveis e que, por isso, não devem ser publicados em páginas de domínio público**. Por esse motivo, foi elaborada a Nota Técnica 12 (2393054) cujo nível de acesso foi restringido, com atribuição da hipótese legal "Informações Técnicas de Empresa (Art. 39, parágrafo único, da Lei nº 9.472/1997)".

3.3.3. Para embasamento legal, foi utilizado, por similaridade, o artigo 39 da referida Lei, tendo em vista o seu teor, conforme trecho transcrito abaixo:

"Lei: Art. 39. Ressalvados os documentos e os autos cuja divulgação possa violar a segurança do País, segredo protegido ou a intimidade de alguém, todos os demais permanecerão abertos à consulta do público, sem formalidades, na Biblioteca."

3.3.4. Adicionalmente, tal medida está alinhada, também, com o disposto na Lei 8.159/1991 e com a POSIC, conforme trechos transcritos abaixo:

"Lei: Art. 4º Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, contidas em documentos de arquivos, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujos sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas."

"POSIC: é de responsabilidade do usuário a preservação da classificação do grau de sigilo a documentos, dados e informações dos quais tiver conhecimento em decorrência do exercício de suas funções"

3.4. PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO DE TIC – (IN01/2019, ART. 12, §2º, INCISO I)

A solução não pode ser parcelada, pois, ainda que discriminada em diversos serviços em separado, são itens interdependentes, que tecnicamente compõem o todo da solução, não havendo a possibilidade de serem fornecidos por diferentes prestadores de serviço.

3.5. RESULTADOS E BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS - (INCLUÍDO PELA IN 31/2021)

- 3.5.1. Manutenção do adequado funcionamento da infraestrutura computacional que apoia a ACMD;
- 3.5.2. Manutenção da conectividade dos ativos de rede com disponibilidade, performance e otimização dos recursos disponíveis;
- 3.5.3. Diminuição do tempo de resposta a incidentes de infraestrutura de redes e segurança do MD;
- 3.5.4. Redução do risco de indisponibilidades relacionados à falta de garantia e suporte especializado nos equipamentos atualmente em produção na infraestrutura da rede; e
- 3.5.5. Maior durabilidade dos ativos de rede, tendo como resultado direto uma maior economia com manutenções futuras.

4 – ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO – (IN01/2019, ART. 16)

4.1. Requisitos de Negócio - (IN. 01/2019, art. 16, inciso I, alínea “a”)

4.1.1. As necessidades de negócio, também chamadas de requisitos do negócio, segundo o Corpo de Conhecimento de Análise de Negócios (Guia BABOK v. 2.0), são metas de mais alto nível, objetivos ou necessidades da organização. Descrevem as razões pelas quais um projeto foi iniciado, os objetivos que o projeto vai atingir e as métricas que serão utilizadas para medir o seu sucesso. Nesse sentido, a presente seção visa descrever as necessidades de negócios que conduzirão as análises de soluções e definição da solução mais adequadas a tais objetivos organizacionais, conforme relação a seguir:

- Atender às demandas registradas nos planos anuais de contratação (PAC) do exercício de 2020, relacionadas à aquisição de ativos de redes, sob os seguintes códigos: 2608 e 2688.
- Prover recursos computacionais necessários ao perfeito desenvolvimento das atividades do Ministério. Trata-se de recursos de hardware e software que provenham apoio à execução de tarefas de suporte, administração e gestão de atividades meio e fim relacionados ao alcance imediato ou indireto do interesse público.
- Prover rede de comunicação multimídia para continuidade dos serviços desenvolvidos no Ministério. Essa funcionalidade está ligada ao princípio da continuidade do Serviço Público, o qual reza que o Estado não pode parar por tutelar bens e interesses públicos e representar e defender a coletividade.
- Fomentar a adoção de padrões tecnológicos e soluções de TIC com vistas a prover condições para uso de padrões tecnológicos, soluções em software integradas e padronizadas, infraestrutura, os quais permitam o melhor desempenho nas atividades relacionadas à TIC e forneçam serviços de qualidade, com racionalização dos recursos disponíveis.

4.2. REQUISITOS DE CAPACITAÇÃO - (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO I, ALÍNEA “B”)

- 4.2.1. Deverá ser realizada transferência de conhecimento pela CONTRATADA abrangendo todos os componentes da solução mencionada no Software adquirido, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas, abrangendo manuseio, configuração e operação da solução.
- 4.2.2. A modalidade (presencial ou remotamente) será definida pela CONTRANTE.
- 4.2.3. Carga horária máxima diária de 6 horas, de transferência de conhecimento presencial ou remota.
- 4.2.4. A CONTRATADA irá garantir os recursos necessários à execução dos conhecimentos teóricos pelos alunos.
- 4.2.5. A CONTRATADA e o CONTRATANTE irão, em comum acordo, definir a data de início e duração transferência de conhecimento, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- 4.2.6. A CONTRATADA emitirá Certificado de participação na transferência de conhecimento.
- 4.2.7. A transferência de conhecimento deverá ser feita para no mínimo 03 (três) servidores, que serão indicados pelo MD em momento oportuno.

4.3. REQUISITOS LEGAIS - (IN01/2019, ART. 16, INCISO I, ALÍNEA “C”)

- 4.3.1. Decreto-lei 200/1967, art. 10, § 7º – Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências;
- 4.3.2. Lei 8.666/1993 – Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
- 4.3.3. Lei nº 6.938/1981 - Dispõe sobre a política nacional do meio ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
- 4.3.4. Decreto nº 9.507/2018 - Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;

- 4.3.5. Lei 9.854/1999 – Altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regula o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
- 4.3.6. Decreto 3.555/2000 – Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;
- 4.3.7. Decreto 3.693/2000 – Dá nova redação a dispositivos do Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços, aprovado pelo Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000;
- 4.3.8. Lei 10.520/2002 – Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;
- 4.3.9. Lei Complementar 123/2006 – Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
- 4.3.10. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais nº 13.709/2018;
- 4.3.11. Decreto 7.174/2010 – Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União;
- 4.3.12. Decreto 8.538/2015 – Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;
- 4.3.13. Decreto 9.046/2017 – Dispõe sobre as condições para a contratação plurianual de obras, bens e serviços, no âmbito do Poder Executivo federal;
- 4.3.14. Decreto 9.412/2018 – Atualiza os valores das modalidades de licitação de que trata o art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- 4.3.15. Decreto nº 9.637/2018 – Institui a Política Nacional de Segurança da Informação, dispõe sobre a governança da segurança da informação, e altera o Decreto nº 2.295, de 4 de agosto de 1997, que regulamenta o disposto no art. 24, caput, inciso IX, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre a dispensa de licitação nos casos que possam comprometer a segurança nacional;
- 4.3.16. Instrução Normativa 01/2010 SLTI/MP – Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;
- 4.3.17. Instrução Normativa 73/2020 Secretaria de Gestão/ME – Dispõe sobre procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral;
- 4.3.18. Guia Nacional de Licitações Sustentáveis - Abril/2016 (disponível no site www.agu.gov.br);
- 4.3.19. Instrução Normativa 02/2016 SG/MD – Aprova o Planejamento Estratégico da Secretaria-geral para o período 2017 a 2019;
- 4.3.20. Instrução Normativa 05/2017 STI/MP – Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- 4.3.21. Instrução Normativa 01/2019 SGD/MP – Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal;
- 4.3.22. Instrução Normativa 31/SGD/ME, de 23 de março de 2021, altera a Instrução Normativa nº 1, de 4 de abril de 2019.
- 4.3.23. Portaria 6.432/2018 MPDG/STI – Dispõe sobre a aplicação do Índice de Custos de Tecnologia da Informação no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;
- 4.3.24. Portaria 02/2019 GM-MD – Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC);
- 4.3.25. Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação 2020-2023 do MD (PDTIC/MD).

4.4. REQUISITOS DE MANUTENÇÃO - (IN01/2019, ART. 16, INCISO I, ALÍNEA “D”)

- 4.4.1. A CONTRATADA deverá prestar suporte técnico em período integral, com atendimento imediato em caso de defeito, falha nos bens adquiridos no âmbito desta contratação, conforme as condições deste Termo de Referência.
- 4.4.2. A CONTRATADA deve prestar serviço de assistência técnica para os equipamentos e software objeto desta contratação 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas.
- 4.4.3. A CONTRATADA deve fornecer número telefônico para contato e registro de ocorrências do funcionamento do serviço contratado, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana.
- 4.4.4. A CONTRATADA deve prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados por intermédio do preposto designado para acompanhamento do contrato.
- 4.4.5. Os serviços de Manutenção e Suporte Técnico devem ser executados de acordo com os prazos máximos estabelecidos na Tabela 5 - "Prazo máximo de Atendimento e Resolução".
- 4.4.5.1. Entende-se como "Prazo para confirmação do número do chamado" o prazo máximo para confirmação do registro do chamado no centro de atendimento da CONTRATADA via contato telefônico, e-mail ou site eletrônico na Web.
- 4.4.5.2. Entende-se como "Prazo Solução" o prazo máximo, contabilizado a partir do registro do chamado no centro de atendimento da CONTRATADA, para restabelecimento da operação do equipamento ou software.

Severidade	Prazo para confirmação do número do chamado	Prazo Solução em horas corridas
A	30 (trinta) minutos	8 (oito) horas
B	30 (trinta) minutos	12 (doze) horas
C	8 (oito) horas	24 (vinte e quatro) horas

- 4.4.6. A classificação da severidade do evento será determinada a critério da CONTRATANTE, pela sua necessidade e criticidade que representa o ativo na rede local, respeitando-se o descrito na Tabela 6 - "Classificação de eventos".

(A) EMERGENCIAL	São consideradas como “Emergência” todas as falhas cujas consequências tenham impactos negativos sobre o serviço e o tráfego e/ou recursos que exija: <ul style="list-style-type: none"> Ex: Situação de indisponibilidade total do equipamento ou software, funcionamento intermitente ou parcial do equipamento ou software, interrupção intermitente, parcial ou total de serviços ou perda de tráfego.
(B) GRAVE	Problemas que não prejudicam significativamente o funcionamento dos sistemas/serviços do equipamento ou software. São problemas sérios ou perturbam área específica ou determinada funcionalidade do equipamento. <ul style="list-style-type: none"> Ex: Perda de redundância, reinicialização de módulos, slots ou porta com defeitos, degradação de desempenho, perda de funcionalidade
(C) PEDIDO DE	Solicitação de informações sobre o funcionamento dos equipamentos ou software, possíveis configurações ou usos.

INFORMAÇÃO

4.5. REQUISITOS TEMPORAIS - (IN01/2019, ART. 16, INCISO I, ALÍNEA “E”)

4.5.1. A CONTRATADA deverá observar os seguintes prazos de fornecimento:

ID	ATIVIDADE	PRAZO	REPRESENTANTE
01	Emissão da Nota de Empenho (NE)	N/D	GEOFI
02	Recebimento da cópia NE	01 (um) dia útil, a contar da data de emissão da NE.	Empresa v certame
03	Assinatura do Termo de Contrato	Até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato	Represent empresa v certame
04	Reunião Inicial	Até 10 (dez) dias úteis da assinatura do Contrato	Represent empresa v certame
05	Entrega do Projeto Provisório de Instalação (PPI)	Até 10 (dez) dias úteis após a emissão da Ordem de Serviço	Empresa v certame
06	Fornecimento dos equipamentos, software e acessórios	Até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a partir da emissão da ordem de serviço	Empresa v certame
07	Instalação dos equipamentos, software e acessórios	Até 30 (trinta) dias corridos após a entrega dos equipamentos na localidade	Empresa v certame
08	Entrega do Projeto Definitivo de Instalação - PDI (“As Built”)	Até 5 (cinco) dias úteis após o término da instalação	Empresa v certame
09	Realização da Transferência de Conhecimento	Até 15 (quinze) dias úteis após a instalação, configuração, entrega do PDI.	Empresa v certame
10	Emissão do Termo de Recebimento Provisório (TRP)	Até 5 (cinco) dias úteis após a realização da transferência de conhecimento.	Represent
11	Emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD)	Até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da emissão do TRP.	Represent
12	Pagamento	Até 30 (trinta) dias contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura após a emissão do TRD.	Represent
13	Substituição do equipamento ou software que apresentar divergência na especificação técnica, falhas de componentes, defeitos de fabricação e operação ou qualquer outro defeito apresentado durante o transporte, a entrega e a instalação dos equipamentos e software	Até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da notificação.	Empresa v certame

4.6. REQUISITOS DE SEGURANÇA - (IN01/2019, ART. 16, INCISO I, ALÍNEA “E”)

4.6.1. A CONTRATADA e seus profissionais envolvidos no projeto deverão seguir os seguintes procedimentos e premissas de segurança envolvidos na execução do objeto:

4.6.1.1. Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do MD ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços contratados, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócios, documentos, entre outros pertinentes, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa;

4.6.1.2. Não veicular publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização do MD;

4.6.1.3. Garantir sigilo e inviolabilidade das conversações realizadas por meio do serviço desta contratação, respeitando as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações;

4.6.1.4. A quebra da confidencialidade ou sigilo de informações obtidas na prestação de serviços da CONTRATADA ensejará a responsabilidade criminal, na forma da lei, sem prejuízo de outras providências nas demais esferas;

4.6.1.5. Manter sigilo de todas as informações a que tiveram acesso inclusive após o término da vigência contratual ou eventual rescisão;

4.6.1.6. Cumprir e garantir que seus profissionais estejam cientes, aderentes e obedeçam rigorosamente às normas e aos procedimentos estabelecidos na POSIC-ACMD, disponível em http://www.defesa.gov.br/arquivos/legislacao/portaria_normativa_numero_2_2019.pdf;

4.6.1.7. A CONTRATADA deverá demonstrar que possui mecanismos que assegurem a segurança das informações da Administração Central do MD por ela acessadas direta ou indiretamente (acesso aos ativos que contêm informações) e cumprir o disposto na POSIC quando aplicável;

4.6.1.8. O Termo de Compromisso (IN. 01/2019, Art. 18, Inciso V, alínea a), o qual deverá ser assinado pelo representante legal da CONTRATADA, se encontrará nos Anexos do TR;

4.6.1.9. O Termo de Responsabilidade, o qual deverá ser assinado por todos os empregados da CONTRATADA diretamente envolvidos na contratação, nos termos do contido no item 5.2.4 da Portaria Normativa nº 2/GM-MD, que se encontrará nos Anexos do Termo de Referência;

4.7. REQUISITOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CULTURAIS - (IN01/2019, ART. 16, INCISO I, ALÍNEA “G”)

4.7.1. Os serviços prestados e os bens fornecidos pela CONTRATADA deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela CONTRATANTE.

4.7.2. O presente processo deve estar aderente à [Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010](#), que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

4.8. REQUISITOS DE ARQUITETURA TECNOLÓGICA - (IN01/2019, ART. 16, INCISO II, ALÍNEA “A”)

4.8.1. Os equipamentos devem ser novos, de primeiro uso e estar em linha de fabricação na data de entrega da solução.

4.8.2. Os equipamentos devem possuir homologação da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) com validade indeterminada, quando aplicável.

4.8.3. Nenhum dos hardwares e softwares ofertados na composição dos itens deve estar listado como “End of sale” e “End of life” por seus respectivos fabricantes até a data da abertura das propostas.

4.8.4. De acordo com a solução tecnológica escolhida, a arquitetura tecnológica que suportará a implantação e implementação dos equipamentos e software pretendidos neste Planejamento da Aquisição será aquela atualmente em utilização neste Ministério, considerando-se as infraestruturas:

- Elétricas;
- De cabeamento estruturado;
- De condicionamento de ar e umidade; e
- De interligação física (conexões de fibras óticas).

4.9. REQUISITOS DE PROJETO E DE IMPLEMENTAÇÃO – (IN01/2019, ART. 16, INCISO II, ALÍNEA “B”)

4.9.1. No Projeto Provisório de Instalação - PPI deverá constar a prévia de projeto de instalação, contendo, no mínimo, a relação de materiais e serviços que comporão a entrega, croquis e plantas de instalação, topologia física e lógica, detalhamento da configuração do equipamento e software, relatório de vistoria, planos de migração e ativação e plano de retorno.

4.9.2. Cabe à CONTRATADA verificar, durante o planejamento da instalação e vistorias, o padrão da CONTRATANTE quanto à: arquitetura de cabeamento, padrão de conectores ópticos, patch panels, tomadas elétricas e entregar os equipamentos e software dentro desses padrões ou com as adaptações necessárias.

4.9.3. A CONTRATADA será responsável por elaborar e entregar o PPI dos equipamentos e software contados a partir da solicitação da CONTRATANTE mediante emissão da Ordem de Serviço (OS).

4.9.4. A CONTRATANTE fará análise e validação do PPI, em até 3 (três) dias úteis, apontando as devidas correções e ou ajustes no documento, ficando a CONTRATADA responsável por ajustar o plano em até 2 (dois) dias úteis, a partir da comunicação da CONTRATANTE das não conformidades e das alterações necessárias, apontadas pela CONTRATANTE.

4.9.5. Após a entrega dos equipamentos, software e do Projeto Provisório de Instalação já ajustado pela CONTRATADA, a CONTRATANTE emitirá, em até 5 (cinco) dias úteis, a Ordem de Serviço de Instalação - OSI.

4.10. REQUISITOS DE IMPLANTAÇÃO – (IN01/2019, ART. 16, INCISO II, ALÍNEA “C”)

4.10.1. Os objetos descritos no ANEXO I deverão ser entregues instalados e operacionais, incluindo todos os acessórios necessários para o seu pleno funcionamento, no prazo do item 4.5.1. deste Termo de Referência.

4.10.2. Fica a critério da CONTRATANTE, definir o horário de instalação e configuração dos equipamentos e softwares, podendo tais procedimentos ser executados em feriados ou finais de semana e em horário noturno.

4.10.3. A CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais necessários à instalação física completa, à configuração e ao perfeito funcionamento da totalidade dos itens adquiridos.

4.10.4. Constatada a ocorrência de divergência na especificação técnica, falhas de componentes, defeitos de fabricação e operação ou qualquer outro defeito apresentado durante o transporte, a entrega e a instalação dos equipamentos e software, fica a CONTRATADA obrigada a providenciar a substituição do equipamento / software, no prazo do item 4.5.1, sujeitando-se a CONTRATADA às penalidades previstas na legislação vigente e nesse edital.

4.10.5. Eventuais despesas de custeio com deslocamento de técnicos da CONTRATADA ao local de instalação, bem como todas as despesas de transporte, diárias, seguro ou quaisquer outros custos envolvidos ficam a cargo exclusivo da CONTRATADA.

4.10.6. A CONTRATADA deverá comunicar a CONTRATANTE a conclusão da instalação dos equipamentos e software e entregar toda documentação técnica prevista, dentro do prazo definido no item 4.5.1.

4.10.7. A CONTRATADA deverá entregar o Projeto Definitivo de Instalação - PDI (“As Built”), que por sua vez deve contemplar todas as informações constantes previamente do PPI, juntamente com os ajustes, que se mostraram necessários quando da instalação de fato dos ativos.

4.10.8. A CONTRATADA entregará toda a documentação de instalação física dos Ativos de Rede, a qual deverá prover nível de informação suficiente para que um técnico possa entender e refazer, caso necessário, as instalações e configurações dos equipamentos e software adquiridos e implantados

4.10.9. Após a CONTRATADA concluir toda a instalação dos equipamentos e software — deixando-os completamente operacionais, e a entrega de toda documentação técnica e do PDI — e ter realizado a transferência de conhecimento, conforme condições e prazos exigidos neste Termo de Referência, a CONTRATANTE emitirá o Termo de Recebimento Provisório (TRP), em até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de término da transferência de conhecimento.

4.10.10. Após 15 (quinze) dias úteis da emissão do Termo de Recebimento Provisório, sendo confirmada a operação e desempenho dos equipamentos e software nos termos das especificações técnicas, a CONTRATANTE emitirá o Termo de Recebimento Definitivo (TRD).

4.11. REQUISITOS DE GARANTIA – (IN01/2019, ART. 16, INCISO II, ALÍNEA “D”)

4.11.1. A CONTRATADA deverá descrever, em sua proposta, os termos da garantia técnica oferecida pelo fabricante, incluindo o Part Number da garantia ofertada e fornecendo também, em momento oportuno, o número de contrato individual junto ao fabricante;

4.11.2. A garantia “on-site” deverá ser cumprida, por um período mínimo de 60 (sessenta) meses para os itens de 1 a 8 constantes na Tabela do subitem 2.1.;

4.11.3. No caso da ocorrência de reposição de equipamento/peças defeituosas, a contratada será a responsável pela entrega e recolhimento destes equipamentos/peças defeituosas;

4.11.4. A garantia do fabricante deve possuir, no mínimo, as seguintes características, durante todo o período de vigência:

4.11.4.1. Reposição de equipamento/peças defeituosas. O substituto deverá ser novo, de primeiro uso e de modelo igual ou superior ao danificado. O equipamento substituído, poderá ser enviado diretamente pelo fabricante às expensas do mesmo para o endereço registrado da contratante no Próximo Dia Útil e passará à propriedade da contratante, devendo o mesmo ser imediatamente incluído no contrato de manutenção vigente em substituição ao equipamento danificado;

4.11.4.2. O equipamento defeituoso deverá ser substituído em até 5 (cinco) dias úteis sem ônus à CONTRATANTE;

4.11.4.3. Não será aceita garantia para reposição de equipamentos da empresa revendedora;

4.11.4.4. Deverá ser provida garantia da atualização do sistema operacional/firmware, provendo o fornecimento de novas versões por necessidade de correção de problemas ou por implementação de novos releases;

4.11.4.5. A CONTRATADA deverá fornecer acesso seguro 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, à CONTRATANTE, através de código individual, a ferramentas de autosserviço no site do fabricante que permita o diagnóstico e sugestões de solução do problema quando possível.

4.12. REQUISITOS DE CAPACITAÇÃO

4.12.1. Requisitos de Documentação Técnica

4.12.1.1. A documentação técnica de instalação deverá conter, no mínimo:

- Descrição dos recursos de hardware e software utilizados nos equipamentos;
- Lista de todos os elementos instalados contendo: nome e endereço IP do equipamento, juntamente com todas as interconexões físicas (equipamento/porta origem e equipamento/porta destino), local de instalação (prédio, andar, sala), número de série, número do bem utilizado pela CONTRATANTE, data da instalação, data de aquisição, data de vencimento da garantia;

- Listagem das configurações dos equipamentos e software com comentários sobre os principais comandos e as justificativas das opções de parametrização;
- Plantas de instalação e bay-plan dos racks usados na instalação dos equipamentos;
- O Projeto Definitivo de Instalação (PDI), conforme estabelecido neste Termo de Referência.

4.12.1.2. Toda documentação exigida neste Termo de Referência deverá ser entregue em mídia eletrônica ou, a critério da CONTRATANTE, em material impresso.

4.12.1.3. A documentação técnica deverá garantir a transferência de conhecimento à CONTRATANTE, a fim de proporcionar o nível de informação necessário à operação da rede e possíveis intervenções.

4.13. REQUISITOS DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL – (IN01/2019, ART. 16, INCISO II, ALÍNEA “F”)

4.13.1 Os profissionais da CONTRATADA deverão ter conhecimento na instalação e configuração da solução ofertada.

4.14. REQUISITOS DE FORMAÇÃO DA EQUIPE – (IN01/2019, ART. 16, INCISO II, ALÍNEA “G”)

4.14.1. O dimensionamento da(s) equipe(s) técnica(s) necessária(s) à correta execução dos serviços é inteira de responsabilidade da CONTRATADA, desde que atendidas as exigências mínimas definidas neste TR e de modo a garantir o atendimento aos requisitos de qualidade, disponibilidade e atendimento aos níveis mínimos de serviço exigidos

4.15. REQUISITOS DE METODOLOGIA DE TRABALHO – (IN01/2019, ART. 16, INCISO II, ALÍNEA “H”)

De acordo com os Requisitos Temporais constantes nos subitens 4.5 e 4.6.

4.16. REQUISITOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO – (IN01/2019, ART. 16, INCISO II, ALÍNEA “I”) (ALTERADO PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 31, DE 23 DE MARÇO DE 2021)

A CONTRATADA e seus profissionais envolvidos no projeto deverão seguir os seguintes procedimentos e premissas de segurança envolvidos na prestação dos serviços:

- Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do MD ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços contratados, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócios, documentos, entre outros pertinentes, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa;
- Cumprir e garantir que seus profissionais estejam cientes, aderentes e obedeçam rigorosamente às normas e aos procedimentos estabelecidos na Política de Segurança da Informação e comunicação – POSIC-ACMD, acessível por meio do link: http://www.defesa.gov.br/arquivos/legislacao/pn_1688_posic.pdf;
- Não veicular publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização do MD;
- Garantir sigilo e inviolabilidade das conversações realizadas por meio do serviço desta contratação, respeitando as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações.
- A quebra da confidencialidade ou sigilo de informações obtidas na prestação de serviços da CONTRATADA ensejará a responsabilidade criminal, na forma da lei, sem prejuízo de outras providências nas demais esferas.
- Manter sigilo de todas as informações a que tiveram acesso inclusive após o término da vigência contratual ou eventual rescisão; e
- Assinar Termo de Compromisso e Termo de Ciência da declaração de manutenção de sigilo, conforme preconizado na POSIC/ACMD.

4.17. OUTROS REQUISITOS APLICÁVEIS – (IN01/2019, ART. 16, INCISO II, ALÍNEA “J”)

Os colaboradores/empregados da CONTRATADA colocados à disposição do MD, embora sujeitos a normas disciplinares ou convencionais do MD, não terão com ela qualquer vínculo empregatício.

5 – RESPONSABILIDADES – (IN01/2019, ART. 16)

5.1. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE – (IN01/2019, ART. 17, INCISO I, ALÍNEA “A”-“H”)

- 5.1.1. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Edital e da proposta, para fins de aceitação provisória e recebimento definitivo;
- 5.1.2. Observar e fazer cumprir fielmente o que estabelece este Termo de Referência, em particular no que se refere aos níveis de serviço especificados;
- 5.1.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais;
- 5.1.4. Providenciar as assinaturas do **Termo de Compromisso, do Termo de Responsabilidade e o Termo de Confidencialidade**, nos termos dos contidos subitens do item 6.5 deste Termo de Referência;
- 5.1.5. Garantir, quando necessário, o acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE, para execução dos serviços referentes ao objeto contratado, após o devido cadastramento dos referidos empregados;
- 5.1.6. Prestar as informações e esclarecimentos relativos ao objeto desta contratação que venham a ser solicitados pelo preposto da CONTRATADA;
- 5.1.7. Dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços por intermédio do Gestor ou fiscal do Contrato;
- 5.1.8. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
- 5.1.9. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, por intermédio de servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 5.1.10. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço, de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência;
- 5.1.11. Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.12. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 5.1.13. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, de acordo com as condições contratuais, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência, e, no caso de cobrança indevida, glosar os valores considerados em desacordo com o contrato;

- Após a notificação da glosa, a CONTRATADA terá prazo de 15 (quinze) dias corridos para questionar os valores glosados, sob pena de ter-se por aceita a glosa.

5.1.14. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017;

5.1.15. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

- Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;
- Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens;

5.1.16. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento do objeto do contrato;

5.1.17. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

5.1.18. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993;

5.1.19. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, quando aplicável, assegurando à CONTRATADA a ampla defesa e o contraditório;

5.1.20. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.21. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.22. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.2. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA – (IN01/2019, ART. 17, INCISO II, ALÍNEA “A”-“H”)

5.2.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

5.2.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, bem como naquelas resultantes de sua proposta, devendo já estar incluso nos valores propostos todos os custos, impostos, taxas e demais encargos pertinentes à execução do objeto do contrato, não sendo aceitas quaisquer modificações, acompanhado da respectiva Nota Fiscal;

- O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em Português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

5.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

5.2.4. Substituir os equipamentos ou software não aceitos pela CONTRATANTE, às suas expensas, por apresentarem divergência na especificação técnica, falhas de componentes, defeitos de fabricação e operação ou qualquer outro defeito apresentado durante o transporte, a entrega e a instalação dos equipamentos e software no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação da ocorrência por parte da CONTRATANTE;

5.2.5. Responsabilizar-se pelo ônus e a logística da retirada e devolução dos equipamentos para realização de serviços de garantia fora das dependências da CONTRATANTE, bem como da substituição de equipamentos ou software não aceitos;

5.2.6. Responsabilizar-se pelo fornecimento dos itens, objeto do Contrato, respondendo administrativa, civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a direta ou indiretamente causar ou provocar à CONTRATANTE e a terceiros;

5.2.7. Comprovar que os serviços de garantia serão prestados pelo fabricante dos equipamentos, ou por meio de empresas credenciadas por este, com disponibilidade de atendimento em Brasília-DF;

5.2.7.1. Entregar a relação da rede de assistência técnica autorizada, declarando que os técnicos são devidamente treinados e com capacitação técnica inerente ao desempenho da atividade pertinente e compatível com as características do objeto da licitação, bem como da entrega, montagem, instalação física e garantia dos equipamentos e software que irão atender a CONTRATANTE;

5.2.8. Deverá informar por escrito, no ato da assinatura do contrato, a equipe técnica qualificada para a execução dos serviços no(s) endereço(s) de entrega;

5.2.9. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5.2.10. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.2.11. Executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecidos pela Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD). Para a habilitação, o licitante deverá apresentar Declaração, indicando o encarregado da credenciada responsável pela proteção de dados, nos termos do art. 41 da Lei nº 13.709/2018.

5.2.12. Executar o objeto contratual conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

5.2.13. Fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade adequadas, especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

5.2.14. Entregar os equipamentos no endereço indicado pela CONTRATANTE;

5.2.15. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

5.2.16. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do [Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010](#);

5.2.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho de menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

5.2.18. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE por intermédio de preposto designado para acompanhamento do contrato, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar de sua solicitação;

5.2.19. Indicar formalmente e por escrito, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis após a assinatura do contrato, junto à CONTRATANTE, um preposto idôneo com poderes de decisão para representar a CONTRATADA, principalmente no tocante à eficiência e agilidade da execução do objeto deste Termo de Referência, e que deverá responder pela fiel execução do contrato;

- Na hipótese de afastamento do preposto definitivamente ou temporariamente, a CONTRATADA deverá comunicar ao Gestor do Contrato por escrito o nome e a forma de comunicação de seu substituto até o fim do próximo dia útil.
- 5.2.20. Reconhecer o Gestor do Contrato, bem como outros servidores que forem indicados pela CONTRATANTE, para realizar as solicitações relativas aos contratos a serem firmados;
- 5.2.21. Apresentar Nota Fiscal/Fatura com a descrição dos serviços prestados, nas condições deste Termo de Referência, como forma de dar início ao processo de pagamento pela CONTRATANTE;
- 5.2.22. Atender prontamente a quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.23. Assumir as responsabilidades pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação da licitação oriunda deste Termo de Referência.
- 5.2.24. Assumir inteira responsabilidade técnica e operacional do objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por quaisquer problemas relacionados ao fiel cumprimento do contrato;
- Caso o problema de funcionamento do serviço detectado tenha a sua origem fora do escopo do objeto contratado, a CONTRATADA repassará para a CONTRATANTE as informações técnicas com a devida análise fundamentada que comprovem o fato, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;
- 5.2.25. Prestar assistência técnica aos equipamentos e software fornecidos;
- 5.2.26. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 5.2.27. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;
- 5.2.28. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária, nos termos dos art. 67 e 78 da Lei nº 8666/1993;
- 5.2.29. Acatar as orientações da CONTRATANTE, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas;
- 5.2.30. Prestar esclarecimentos à CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que se refiram à CONTRATADA, independente de solicitação;
- 5.2.31. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- 5.2.32. Sujeitar-se aos acréscimos e supressões contratuais estabelecidos na forma do art. 65 da Lei nº 8.666/1993, quais sejam, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato;
- 5.2.33. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do Contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE;
- 5.2.34. Não fazer uso das informações prestadas pela CONTRATANTE para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão;
- 5.2.35. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- 5.2.36. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, as obrigações oriundas da contratação, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
- 5.2.37. Garantir o perfeito funcionamento da solução, quando ocorrer a implantação em campo, não cabendo ônus adicional à CONTRATANTE.
- Entende-se como perfeito funcionamento: compatibilidade do objeto com todas as descrições exigidas deste Termo de Referência e seus anexos, bem como o atendimento às exigências da legislação vigente.
- 5.2.38. Cumprir outras obrigações que se apliquem, de acordo com o objeto da contratação;
- 5.2.39. Cumprir e garantir que seus profissionais estejam cientes, aderentes e obedeçam rigorosamente às normas e aos procedimentos estabelecidos na POSIC-ACMD, disponível em https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/legislacao/portariaa_normmativaa_numeroa_2a_2019.pdf;
- 5.2.40. A CONTRATADA deverá demonstrar que possui mecanismos que assegurem a segurança das informações da Administração Central do MD por ela acessadas direta ou indiretamente (acesso aos ativos que contêm informações) e cumprir o disposto na POSIC quando aplicável; e
- 5.2.41. Assinar o Termo de Compromisso, o Termo de Responsabilidade e o Termo de Confidencialidade, nos termos do contido nos subitens do item 6.5 deste Termo de Referência.

5.3. REQUISITOS DA PROPOSTA

- 5.3.1. A proposta deverá ser apresentada de acordo com o modelo do ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços;
- 5.3.2. A proposta deverá ser definida com base no ANEXO I - Especificações Técnicas;
- 5.3.3. A proposta deverá vir acompanhada de documentação técnica atualizada do produto e, também, de planilha que indique — item a item — a(s) página(s) nas quais se encontram as características definidas nas especificações técnicas;
- 5.3.4. O proponente deverá apresentar proposta de preço baseada em suas estimativas de custos;
- 5.3.5. Os preços deverão ser expressos em Reais (R\$) e conter todos os tributos e encargos decorrentes do fornecimento do objeto desta contratação; e
- 5.3.6. A licitante deverá fornecer, obrigatoriamente, na proposta a marca e modelo/versão de todos os equipamentos a serem fornecidos.

6 – MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO – (IN01/2019, ART. 18)

6.1. Rotinas de Execução – (IN01/2019, art. 18, inciso I)

- 6.1.1. Após a assinatura do Contrato e as nomeações do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a reunião inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no contrato, edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.
- 6.1.2. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do art. 31 da IN 01/2019 SGD/ME e ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da CONTRATANTE.
- 6.1.3. A pauta desta reunião observará, pelo menos, a apresentação do preposto da empresa pelo representante legal da CONTRADA. A carta de apresentação do preposto deverá conter os dados de identificação do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder às principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.
- 6.1.4. Descrição dos eventos do período de ambientação, quando houver, não há período de ambientação, pois o software será disponibilizado via download e a equipe que o instalará e utilizará já é capacitada.
- 6.1.5. Forma de execução e acompanhamento dos serviços:

6.1.5.1. A execução do Contrato, nos termos do § 1º do art. 67 e art. 73, ambos da Lei nº 8.666/1993, será acompanhada e fiscalizada por servidores designados pelo Órgão mediante Portaria, anotando, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, e atestará a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) apresentadas para fins de pagamento;

6.1.5.2. Para o acompanhamento e fiscalização do Contrato serão utilizadas as disposições contidas na IN. SGD nº 01/2019 e suas alterações;

6.1.5.3. Caberá à EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL, dentre outras atribuições, determinar providências necessárias ao regular o efetivo cumprimento contratual, bem como anotar e enquadrar as infrações contratuais constatadas, comunicando-as ao seu superior hierárquico;

6.1.5.4. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato por qualquer irregularidade verificada, inclusive resultante de imperfeições técnicas ou de qualidade inferior. A fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado não exclui ou reduz a responsabilidade da CONTRATADA;

6.1.5.5. A Administração, devidamente representada na forma legal, poderá rejeitar no todo ou em parte o objeto contratado, sem ônus para o Órgão, se executado em desacordo com as especificações estabelecidas em Termo de Referência e seus anexos, bem como em contrato e na proposta comercial;

6.1.5.6. A CONTRATADA será a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos bens, sendo ao CONTRATANTE reservado o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização contratual, mediante servidores designados para este fim;

6.1.5.7. A CONTRATADA deverá encarregar-se, a seu ônus e responsabilidade, da entrega dos bens, arcando com qualquer custo advindo do procedimento de execução do Contrato;

6.1.5.8. As licenças a serem fornecidas deverão ser entregues em até 30 (trinta) dias corridos após a solicitação por meio da Ordens de Fornecimento;

6.1.5.9. As Ordens de Fornecimento poderão ser emitidas até atingir a quantidade máxima constante no objeto licitado; e

6.1.6. Prazos, horários de fornecimento de bens ou prestação dos serviços:

6.1.6.1. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste documento, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação à CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

6.1.6.2. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, após a verificação da qualidade e quantidade dos softwares, de acordo com o responsável indicado pela área que receberá o software;

6.1.6.3. Na hipótese da verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo; e

6.1.6.4. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.1.7. Locais de entrega, quando aplicáveis:

**Ministério da Defesa, Av N1 Bloco O – Anexo
CEP 70.052-900 – Brasília – DF**

6.1.7.1. A Contratada deverá entregar, no prazo de 10 (dez) dias corridos, a partir da data de assinatura do contrato, as licenças de uso dos softwares por meio eletrônico, a ser comunicado por intermédio do e-mail cosup@defesa.gov.br, com opção de download ilimitado, com acesso exclusivo ao CONTRATANTE;

6.1.7.2. A versão deve ser a última disponível no mercado na data do fornecimento da licença do produto;

6.1.7.3. Deverá ser disponibilizado acesso ao portal de gestão do contrato que permitam, no mínimo:

6.1.7.3.1. Baixar (downloads) produtos e chaves;

6.1.7.3.2. Baixar atualizações e pacotes de correção;

6.1.7.3.3. Acesso às informações de licenciamento em um local;

6.1.7.3.4. Exibição dos detalhes resumidos sobre relacionamentos e licenças; e

6.1.7.3.5. Verificação do status dos relacionamentos.

6.1.7.4. A Contratada deverá entregar documentação contendo a chave de acesso ao portal, com todos os softwares (resumo de licenças) contratados e disponíveis para utilização.

6.1.8. Documentação mínima exigida:

6.1.8.1. A documentação técnica deverá ser original, não sendo aceitas cópias de qualquer tipo. Será permitida a entrega desses documentos em meio digital e preferencialmente no idioma Português do Brasil;

6.1.8.2. As principais documentações técnicas a serem entregues são:

6.1.8.2.1. Softwares: manuais técnicos, certificados de garantia e autenticidade, guias de instalação; inicialização, operação, adequação, mensagens auxiliares para solução de problemas, diagnósticos, especificações e outros pertinentes. As mídias de gravação dos softwares licenciados, que não sejam disponibilizados por seus fabricantes exclusivamente online, devem ser entregues em suas embalagens originais; e

6.1.8.2.2. Configuração de softwares: disponibilizar toda a documentação necessária para sua instalação e utilização, por meio de manuais de instruções, customização e operação do software e de recursos relacionados ao mesmo.

6.1.9. Procedimentos de transição, transferência de conhecimento, e finalização do contrato. As atividades de transição contratual, quando aplicáveis, e de encerramento do contrato deverão observar:

6.1.9.1. A manutenção dos recursos materiais e humanos necessários à continuidade do negócio por parte da Administração;

6.1.9.2. A entrega de versões finais dos produtos e da documentação;

6.1.9.3. A transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção da solução de TIC;

6.1.9.4. A revogação de perfis de acesso;

6.1.9.5. A eliminação de caixas postais; e

6.1.9.6. Outras que se apliquem.

6.2. Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

6.2.1 A CONTRATADA deverá fornecer a solução, conforme disposto na Nota Técnica SEI (2393054).

6.3. Mecanismos formais de comunicação - (IN. 01/2019, art. 18, inciso III)

6.3.1 São instrumentos formais de comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA:

Documento	Função	Emissor	Destinatário	Período
Ofício	Informações diversas	CONTRATANTE/CONTRATADA	CONTRATANTE/CONTRATADA	Sempre
E-mail	Informações diversas	CONTRATANTE/CONTRATADA	CONTRATANTE/CONTRATADA	Sempre
Ordem de serviço	Autorização para prestação de serviço	CONTRATANTE	CONTRATADA	Mensal
Termo de recebimento provisório	Recebimento provisório dos serviços	CONTRATANTE	CONTRATADA	Mensal
Termo de recebimento definitivo	Recebimento provisório dos serviços	CONTRATANTE	CONTRATADA	Mensal
Ata de reunião	Informações diversas	CONTRATANTE/CONTRATADA	CONTRATANTE/CONTRATADA	Sempre
Termo de Encerramento do Contrato	Encerramento Oficial do contrato	CONTRATANTE	CONTRATADA	No fina

6.4. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.4.1 A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo CONTRATANTE a tais documentos.

6.4.2 O Termo de Compromisso contendo as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pela CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do Contrato, a ser assinado pelo representante legal da Contratada, encontra-se no ANEXO III.

6.4.3 O Termo de Responsabilidade, a ser assinado por todos os empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação, encontra-se no ANEXO IV.

6.4.4 O Termo de Confidencialidade contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da Contratada, encontra-se no ANEXO V.

7 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO - (IN 01/2019, ART. 19)

7.1. Critérios de Aceitação – (IN 01/2019, Art. 19, Inciso I)

7.1.1. A avaliação da qualidade dos produtos entregues, para fins de aceitação, consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir:

- Todos os equipamentos e o software fornecidos deverão ser novos (incluindo todos os componentes presentes nos produtos), de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não reconicionados e em fase de comercialização normal por meio dos canais de venda do fabricante no Brasil (não serão aceitos produtos end-of-life);
- Todos os componentes do(s) equipamento(s) e software e respectivas funcionalidades deverão ser compatíveis entre si no âmbito do Lote, sem a utilização de procedimentos não previstos nas especificações técnicas ou, ainda, sem emprego de materiais inadequados ou que visem a adaptar forçadamente o produto ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis;
- Todos os componentes internos do(s) equipamento(s) deverão estar instalados de forma organizada e livres de pressões ocasionadas por outros componentes ou cabos, que possam causar desconexões, instabilidade, ou funcionamento inadequado;
- O número de série de cada equipamento deve ser obrigatório e único, afixado em local visível, na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém. Esse número deverá ser identificado pelo fabricante como válido para o produto entregue e para as condições do mercado brasileiro, no que se refere à garantia e assistência técnica no Brasil;
- Os componentes internos deverão ser homologados e testados (individualmente e em conjunto) pelo fabricante, assim, não sendo admitida a adição ou subtração de qualquer elemento do equipamento pela CONTRATADA.

7.1.2. Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro de 90 (noventa) dias, reputar-se-ão como realizados, desde que não haja impeditivos ou dependência de ações por parte da CONTRATADA e que seja comunicado à CONTRATANTE nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão do mesmo.

7.1.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7.1.4. Serão aceitos para fins de emissão de Termo de Recebimento Definitivo:

- Aqueles serviços que se encontram em operação atendendo à finalidade de comunicação a que se destinam;
- Os aparelhos fornecidos que atendam à configuração mínima descrita neste termo de referência e que estejam em funcionamento de acordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

7.2. Procedimentos de teste e inspeção – (IN 01/2019, Art. 19, Inciso II)

7.2.1. A inspeção nos aparelhos fornecidos será realizada por meio de comparação das especificações constantes dos prospectos do fabricante do equipamento;

7.2.2. A critério da CONTRATANTE, testes poderão ser realizados, a fim de comprovar as funcionalidades e a especificação proposta neste Termo de Referência;

7.2.3. Na ausência de especificações idênticas às mínimas exigidas, serão aceitos aparelhos novos com especificações superiores.

7.3. Níveis Mínimos de Serviço Exigidos – (IN 01/2019, Art. 19, Inciso I)

7.3.1. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base em Níveis de Serviço definidos nesta seção;

7.3.2. Níveis de Serviço são indicadores mensuráveis, estabelecidos pela CONTRATANTE, capazes de aferir objetivamente os resultados pretendidos com as respectivas contratações;

7.3.3. O não cumprimento dos valores mínimos/máximos exigidos nos indicadores ensejará em sanções, de acordo com o estipulado na seção relativa a sanções;

7.3.4. O INDICADOR DE ATRASO NO FORNECIMENTO DO EQUIPAMENTO E SOFTWARE (IAE) será considerado para a presente contratação, conforme a tabela a seguir:

IAE – INDICADOR DE ATRASO NO FORNECIMENTO DO EQUIPAMENTO E SOFTWARE		
Tópico	Descrição	
Finalidade	Medir o tempo de atraso na entrega dos produtos e serviços constantes na Ordem de Fornecimento de Bens.	
Meta a cumprir	IAE ≤ 0	A meta definida visa a garantir a entrega dos produtos constantes nas Ordens de Serviço, dentro do prazo pr
Instrumento de Medição	OS, Termo de Recebimento Provisório (TRP)	
Forma de acompanhamento	A avaliação será feita conforme linha de base do cronograma registrada na OS; Será subtraída a data de entrega dos produtos da OS (desde que o fiscal técnico reconheça aquela data, com regi Recebimento Provisório) pela data de início da execução da OS; A critério da CONTRATANTE será subtraído o período em que há dependência exclusiva da CONTRATANTE.	
Periodicidade	Para cada Ordem de Serviço encerrada e com Termo de Recebimento Definitivo.	
	IAE = TEX – TEST TEST	
	Onde:	
Mecanismo de Cálculo (métrica)	IAE	- Indicador de Atraso de Entrega da OS;
	TEX	- Tempo de Execução: <ul style="list-style-type: none"> • Corresponde ao período de execução da OS, d até a data de entrega dos produtos da OS;

		<ul style="list-style-type: none"> A data de início será aquela constante na OS. (explicita, será o primeiro dia útil após a emissão) A data de entrega da OS deverá ser aquela reconhecida pelo técnico, conforme critérios constantes neste Termo de Referência Para os casos em que o fiscal técnico rejeita a execução da OS continua a correr, findando-se a obrigação da Contratada entregar os produtos da OS e haja o pagamento da OS pelo fisco.
	TEST	- Tempo Estimado para a execução da OS:: <ul style="list-style-type: none"> Constante na OS, conforme estipulado no Termo de Referência
Observações	Obs1: serão utilizados dias úteis na medição. Obs2: os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias úteis no cômputo do indicador.	
Início de Vigência	A partir da emissão da OS.	
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	Para valores do indicador IAE: <ul style="list-style-type: none"> Menor ou igual a 0 – pagamento integral da OS; De 0,1 a 1,50 - aplicar-se-á glosa de 0,33% por dia de atraso sobre o valor da OS. Acima de 1,50 - aplicar-se-á multa de 2% sobre o valor OS. 	

7.4. Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento – (IN 01/2019, Art. 19, Inciso III e IV)

7.4.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002](#), a CONTRATADA que:

- Não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- Comportar-se de modo inidôneo; ou
- Cometer fraude fiscal.

7.4.2. Pela **inexecução total ou parcial** do objeto deste contrato, a CONTRATANTE pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretarem prejuízos significativos para o serviço contratado;
- Multa**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas moderadas ou graves, assim entendidas aquelas que acarretarem prejuízos para o serviço contratado;
- As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão**, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.
- As sanções previstas nos subitens acima poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

7.4.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV, da Lei nº 8.666/1993, as empresas ou profissionais que:

- Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

7.4.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993 e, subsidiariamente, a Lei nº 9.784/1999.

7.4.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

7.4.6. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.4.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da Contratada, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

7.4.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

7.4.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização (PAR).

7.4.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, nos termos da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

7.4.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal, resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

7.4.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.4.13. A tabela a seguir apresenta a relação de ocorrência e sanção prevista neste termo de referência:

ID	Ocorrência	Glosa/Sanção
01	Quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.	A Contratada ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Federal e Municípios e, será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções legais.
02	Ter praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.	A Contratada será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração.
03	Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.	Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
04	Não executar os serviços previstos no objeto da contratação.	Multa de até 3% sobre o valor total do Contrato.
05	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados sem comunicação formal ao Gestor do Contrato.	Multa de até 3% sobre o valor total do Contrato.
06	Não atender aos prazos de suporte e garantia cuja classificação do evento é PEDIDO DE INFORMAÇÃO.	Advertência. Em caso de reincidência, 0,1% sobre o valor total da OS, atinente ao evento de informação.
07	Não atender ao indicador de nível de serviço IAE (INDICADOR DE ATRASO NO FORNECIMENTO DO EQUIPAMENTO E SOFTWARE).	Aplicar-se-á glosa de 0,33% por dia de atraso sobre o valor da OS, a partir de IAE entre 0,1 a 1,50. Aplicar-se-á multa de 2% sobre o valor OS, nos casos do valor de IAE entre 1,50 a 3,00.
08	Não atender aos prazos de suporte e garantia cuja classificação do evento é GRAVE.	Multa de 0,1% a hora sobre o valor do equipamento e/ou software contratado, referente ao respectivo item inadimplido, no caso de atraso ou inexecução injustificados dos prazos estabelecidos para atendimento e/ou solução chamados técnicos abertos, referente ao suporte e garantia técnica, com incidência de 10 (dez) horas.
09	Não atender aos prazos de suporte e garantia cuja classificação do evento é EMERGENCIAL.	Multa de 0,5% a hora sobre o valor do equipamento e/ou software contratado, referente ao respectivo item inadimplido, no caso de atraso ou inexecução injustificados dos prazos estabelecidos para atendimento e/ou solução chamados técnicos abertos, referente ao suporte e garantia técnica, com incidência de 10 (dez) horas.
10	Não realizar a substituição definitiva por impossibilidade de manutenção.	Multa de 1% ao dia sobre o valor do equipamento e/ou software contratado, referente ao respectivo item inadimplido, no caso de atraso ou inexecução injustificados dos prazos estabelecidos para atendimento e/ou solução chamados técnicos abertos, referente ao suporte e garantia técnica, com incidência de 10 (dez) horas.
11	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados previstos no contrato, aplica-se multa de 0,5% do valor total do Contrato.

7.5. DO PAGAMENTO – (IN 01/2019, ART. 19, INCISO V)

7.5.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura após a emissão do TRD, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.5.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

7.5.3. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

7.5.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666/1993.

4.5.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.5.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.5.7. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal/Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.5.7.1. O prazo de validade;

7.5.7.2. A data da emissão;

7.5.7.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

7.5.7.4. O período de prestação dos serviços;

7.5.7.5. O valor a pagar; e

7.5.7.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.5.8. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

7.5.8.1. Não produziu os resultados acordados;

7.5.8.2. Deixou de executar as atividades contratadas ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

7.5.8.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.5.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.5.10. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

7.5.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

7.5.12. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.5.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.5.14. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.5.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.5.16. Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.

7.5.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no art. 31 da Lei 8.212/1991, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

7.5.18. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão CONTRATANTE, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

7.5.19. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até o efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

- $M = I \times N \times VP$, sendo:
- $I = (TX/100) / 365$
- I = índice de atualização financeira;
- TX = Percentual de taxa de juros de mora anual;
- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela a ser paga.

8 – ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO – (IN01/2019, ART. 20)

8.1. O custo estimado total da presente contratação é de R\$ 2.796.990,046

O custo estimado foi apurado a partir dos orçamentos recebidos de empresas especializadas e pesquisa de preços em sites especializados. Os documentos utilizados para embasar a pesquisa de preços integram o Processo Administrativo 60586.000213/2021-62, onde obteve-se o seguinte resultado consolidado:

Grupo	Item	Descrição do Bem ou Serviço	Quantidade	Unidade de medida	Valor unitário máximo	Valor total máximo
1	1	Switch Core	2	Unidade	357.493,083	714.986,166
	2	Switch de Distribuição (LAN)	2	Unidade	217.994,04	435.988,09
	3	Switch de Borda	6	Unidade	164.973,50	989.841,04
	4	Transceptor Óptico 1000 Base-T SFP RJ45	40	Unidade	2.576,67	103.066,8
	5	Transceptor Óptico 10Gb Base-X SR	15	Unidade	4.867,53	73.012,95
	6	Transceptor Óptico 10Gb Base-X LR	36	Unidade	8.230,20	296.287,44
	7	Software de Gerenciamento	1	Unidade	43.157,56	43.157,56
	8	Manutenção/Suporte	1	Serviço	87.550,00	87.550,00

9	Treinamento	1	Serviço	10.620,00	53.100,00
Valor Total Estimado					2.796.990,046

Cabe destacar que todos os itens de 1 a 7 constantes na tabela acima incluem a garantia de 60 meses, cujo valor está incluído no valor unitário. Isto é, o valor fornecido compreende o equipamento (item) e sua respectiva garantia.

9 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO - (IN01/2019, ART 21)

9.1. A despesa decorrente do objeto do presente TR correrá no presente exercício, à conta da seguinte Dotação Orçamentária do Orçamento Geral da União: ORGÃO: 52101, PTRES: 168.638, FONTE: 100, AÇÃO: 2000 – Administração da Unidade, PROGRAMA: 2108 – Programa de Gestão e Manutenção da Unidade, conforme Natureza de Despesa 44.90.52.43.

9.2. Cronograma de Execução Físico-Financeiro

O pagamento será efetuado em parcela única após se cumprirem todas as atividades constantes no item 4.5 deste Termo de Referência.

10 – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura com garantia on-site pelo período de 60 (sessenta) meses.

11 – DO REAJUSTE DE PREÇOS (QUANDO APLICÁVEL) – (IN01/2019, ART. 24)

11.1. Os preços são fixos e irredutíveis.

12 – DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR – (IN01/2019, Art. 23)

12.1. Regime, Tipo e Modalidade da Licitação

De acordo com o inc. III do art. 6º da Lei nº 8.666/1993, enquadra-se a pretensão contratual no tipo Compra, a ser processada, na modalidade de Pregão na Forma Eletrônica, tipo menor preço. Já o regime de execução do objeto qualifica-se como indireto, na modalidade empreitada por preço global.

O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum continuado, pois existe a necessidade de pleno funcionamento da solução visto a essencialidade dos serviços e atividades a serem executadas pelo CONTRATANTE.

Caracteriza-se também como comum, pois os padrões de desempenho e de qualidade podem ser objetivamente definidos com base em especificações usuais no mercado, conforme Acórdão nº 2.471/2008-TCU-Plenário.

"Consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais praticadas no mercado. Bens e serviços comuns são ofertados, em princípio, por muitos fornecedores e comparáveis entre si com facilidade."

12.1.2. Do Tipo e Critério de Julgamento

Na forma do art. 23 da IN SGD/ME nº01/2019, são apresentados a seguir os critérios técnicos para avaliação e julgamento das propostas para a fase de SELEÇÃO DO FORNECEDOR, observando-se as disposições normativas e legais aplicáveis às contratações públicas.

O critério de julgamento será o do menor preço, em conformidade com o inciso I, do § 1º, do art. 45, da Lei 8.666/93.

12.1.3. Modalidade, tipo de licitação, modo de disputa

De acordo com o §1º do Art. 1º do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, esta licitação deve ser realizada na modalidade de PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA, com julgamento pelo critério de MENOR PREÇO POR GRUPO, modo de disputa ABERTO.

12.2. Justificativa para a Aplicação do Direito de Preferência e Margens de Preferência

O direito de preferência às microempresas e às empresas de pequeno porte está previsto no Art. 47º da Lei Complementar nº 123/2006 (alterada pela Lei Complementar nº 147/2014), bem como, de diferente forma, na Lei nº 8.248/01. Entretanto, o Art. 48º da Lei Complementar nº 123/2006 prevê que a Administração Pública deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte para os itens a serem adquiridos cujos valores sejam de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Assim, uma vez que a aquisição se dará por lote único, conforme justificado no item 3.4 deste Termo de Referência, os valores da aquisição ultrapassarão o valor de oitenta mil reais. Ressalta-se que esse tipo de modalidade em lote único não prejudica a ampla competitividade, uma vez que se trata de uma solução integrada de software e serviços de instalação, configuração e suporte de um mesmo fabricante, que pode ser fornecida por diversas empresas capacitadas a prover, em conjunto, a solução de TI escolhida.

12.3 Critérios de Qualificação Técnica para a Habilitação

12.3.1. A licitante deverá apresentar comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

12.3.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito ao fornecimento executado com as seguintes características mínimas:

12.3.2.1. Já ter fornecido, no quantitativo mínimo de 50% (cinquenta por cento) do total desta contratação, podendo ser comprovado em um único atestado ou em somatório de atestados.

No(s) Atestado(s) devem ser explícitos:

- CNPJ e nome do licitante;

- A identificação da pessoa jurídica que está fornecendo o Atestado;

- A especificação dos serviços executados ou em execução; e

12.3.2.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados ou bens/materiais fornecidos no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

12.3.3. A critério da autoridade competente, o licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, por exemplo, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços ou entregues os bens/materiais, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

12.3.4. Os atestados deverão ser válidos e conter a descrição pormenorizada do objeto fornecido, bem como as seguintes informações, se aplicável: vigência do contrato, número do contrato vinculado, nota de empenho.

12.3.5. Poderá ser necessário diligenciar a Pessoa Jurídica indicada no Atestado de Capacidade Técnica, visando a obter informações sobre o bem ou equipamento fornecido.

12.4. Critérios Ambientais:

12.4.1. Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental e em atendimento ao art. 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/SLTI/MPOG/2010, a licitante deverá comprovar que os seus itens apresentem o critério de sustentabilidade ambiental abaixo discriminado:

12.4.1.1. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

12.4.1.2. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

12.5. Da Vistoria

12.5.1. A vistoria técnica é OPCIONAL e caso a empresa julgue conveniente para a prestação do serviço a ser contratado, poderá realizá-la nas instalações da CONTRATANTE acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:30 horas às 11:30 horas e das 14:00 horas às 17:30 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (61) 2023 5195, com um dos Integrantes Técnicos da Equipe de Planejamento da Contratação;

12.6. Da Subcontratação

12.6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

12.6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela vencedora do certame com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência ou do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da vencedora do certame, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12.7. Alteração Subjetiva

12.7.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12.8. Garantia da Execução

12.8.1. O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia de 5% (cinco por cento) sobre o valor total adjudicado, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666/93, desde que cumpridas as obrigações contratuais. O prazo para apresentação da garantia poderá ser prorrogado por igual período a critério da Administração CONTRATANTE.

12.7.2. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

12.7.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

12.7.4. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

12.8. Documentos Anexos

Seguem anexos a este Termo de Referência os seguintes documentos:

ANEXO I – Especificações Técnicas;

ANEXO II – Modelo da Proposta de Preço;

ANEXO III – Modelo do Termo de Compromisso;

ANEXO IV – Modelo do Termo de Responsabilidade;

ANEXO V – Modelo do Termo de Confidencialidade.

13 – DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO – DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO - (IN01/2019, Art. 12, §6º)

A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela Portaria 2180/DEADI/SEORI/SG-MD, de 17 de junho de 2020 (2390902).

Conforme o §6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 01, de 2019, o Termo de Referência ou Projeto Básico em sua versão final será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC e aprovado pela autoridade competente.

<p>_____ Integrante Requisitante RICARDO LEOPOLDINO ABREU Matrícula / SIAPE: 1832534</p>	<p>_____ Integrante Técnico VICTOR EINECKE MIGUEL Matrícula / SIAPE: 2132377</p>	<p>_____ Integrante Técnico HÉLDER LINE OLIVEIRA Matrícula / SIAPE 3229012</p>	<p>_____ Integrante Administrativo ALEX PACHECO ANDRADE CPF: ***.240.825-**</p>
--	--	--	---

Autoridade Máxima da Área de TIC
JEFERSON DENIS CRUZ DE MEDEIROS Contra-Almirante Diretor

Aprovo,

Autoridade Competente
WALDIR FRANCISCO DAS NEVES SILVEIRA JÚNIOR Ordenador de Despesas

Brasília-DF, na data de sua assinatura.

ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS



MINISTÉRIO DA DEFESA
Secretaria Geral - SG
Secretaria de Orçamento e Organização Institucional - SEORI
Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação - DETIC
Esplanada dos Ministérios, Bloco O, Anexo
Brasília-DF, CEP 70052-900

A. CARACTERÍSTICAS COMUNS A TODOS OS ITENS

- Todos os itens devem ser totalmente compatíveis entre si;
- Devem ser novos e de primeiro uso;
- Devem ser entregues e instalados nos endereços fornecidos pelo Ministério da Defesa;
- Devem ser instalados fisicamente pelo fornecedor;
- O fornecedor deverá realizar também a instalação lógica migrando as configurações dos equipamentos de rede em produção para os ativos fornecidos;
- Deve ser realizado o repasse de conhecimento da operação dos ativos durante a instalação;
- O treinamento deverá contemplar a operação e administração de todos os itens;
- Deve ser elaborada e entregue ao Ministério da Defesa toda a documentação da instalação, configuração e migração, com todas as informações relevantes para a administração e gestão dos ativos, bem como a topologia e diagramas da rede, após a implantação de todos os itens;

B. CARACTERÍSTICAS COMUNS DOS ITENS 01, 02 E 03

- Deve ocupar no máximo 1 rack unit RU;
- Deve ser instalável em rack padrão de 19", sendo que deverão ser fornecidos os respectivos Kit's de fixação;
- O somatório de portas de uma unidade do switch tipo 1 e uma unidade do switch tipo 2 deverão perfazer no mínimo 62 portas, excluindo-se deste somatório as portas dedicadas para o gerenciamento do ativo;
- Devem ser compatíveis com os transceptores ópticos ofertados nos itens 4,5 e 6;
- O switch deve ter processamento na velocidade real do hardware (wire speed) e sem nenhum bloqueio (non-blocking), ou seja, deve ser capaz de processar as interfaces na velocidade indicada em cada item em full duplex, simultaneamente e sem bloqueio;
- As portas devem ser do tipo auto-sense, identificando a velocidade de acordo com o transceptor inserido, sem a necessidade de configurações manuais;
- Deve possuir suporte a Jumbo frames de no mínimo 9000 bytes;
- Deve ser fornecido com configuração de CPU e memória (RAM e Flash) suficiente para implementação de todas as funcionalidades descritas nesta especificação.
- O equipamento deve possuir fontes redundantes internas AC ou DC, sendo fornecidos inicialmente com fontes AC;
- O equipamento deverá ter ventiladores redundantes com opção de fluxo de ar frente para trás ou de trás para frente (front-to-back ou back-to-front). Inicialmente o equipamento deve ser fornecido com ventilação front- to -back;
- As fontes e ventiladores devem ser capazes de serem trocados com o equipamento em pleno funcionamento, sem nenhum impacto na performance (hot-swappable);
- Suportar balanceamento de carga entre as fontes de alimentação redundantes, as fontes devem ser dimensionadas para permitir o completo funcionamento do switch com apenas 1 (uma) fonte;
- O equipamento deve ser específico para o ambiente de Datacenter com comutação de pacotes de alto desempenho;
- Deve possuir porta de console para gerenciamento e configuração via linha de comando. O conector deve ser RJ-45 ou padrão RS-232 (os cabos e eventuais adaptadores necessários para acesso à porta de console devem ser fornecidos);
- Deve possuir LEDs, por porta, que indiquem a integridade e atividade do link; e
- Deve ser um equipamento homologado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

C. FUNCIONALIDADES GERAIS

- Deve permitir o espelhamento de uma porta e de um grupo de portas para uma porta especificada;
- Deve permitir o espelhamento de uma porta ou de um grupo de portas para uma porta especificada em um switch remoto no mesmo domínio L2 ou em outro domínio L2 através de tunelamento;
- Deve implementar Netflow, sFlow ou similar;
- Permitir uma solução SDN que não necessariamente opera em padrão aberto.
- Deve possuir planos de dados e de controle desacoplados, de forma que os equipamentos de rede tenham função de apenas encaminhar pacotes;
- Deve permitir definição de premissas ou critérios de funcionamento para todos os seus elementos de forma programável sem necessariamente intervenção de um operador.
- Deve permitir configuração via API (Application Programming Interface) REST ou outra tecnologia compatível, tais como Netconf, OVSDb, etc.
- Deve implementar o protocolo Syslog para funções de “logging” de eventos;
- Deve implementar o protocolo NTPv4 ou SNTP;
- Deve suportar autenticação RADIUS sobre TLS;
- Deve suportar autenticação TACACS+;
- Deve implementar controle de acesso por porta (IEEE 802.1x);
- Deve implementar listas de controle de acesso (ACLs) baseadas em endereço IPv4 ou IPv6 de origem e destino, portas TCP e UDP de origem e destino e endereços MAC de origem e destino;
- Deve possuir controle de broadcast, multicast e unicast por porta;
- Deve implementar pelo menos uma fila de saída com prioridade estrita (SP Strict Priority) por porta e divisão ponderada (WRED, WRR ou similar) de banda entre as demais filas de saída;
- Deve implementar classificação, marcação e priorização de tráfego baseada nos valores de classe de serviço do frame ethernet (IEEE 802.1p CoS);
- Deve implementar classificação, marcação e priorização de tráfego baseada nos valores do campo “Differentiated Services Code Point” (DSCP) do cabeçalho IP, conforme definições do IETF;
- Deve implementar classificação de tráfego baseada em endereço IP de origem/destino, portas TCP e UDP de origem e destino, endereços MAC de origem e destino;
- Deve implementar o mecanismo IGMP Snooping (v1 e v2);
- Deve implementar filtragem de pacotes (ACL - Access Control List).
- Permitir a associação de um endereço MAC específico a uma dada porta do switch, de modo que somente a estação que tenha tal endereço possa usar a referida porta para conexão.
- Deve implementar mecanismos de AAA (Authentication, Authorization e Accounting) com garantia de entrega.
- Permitir consultas de DNS com resolução de nomes em endereços IPv6.
- Deve implementar ICMPv6 com as seguintes funcionalidades: 24.1. ICMP request;
- ICMP Reply;
- ICMP Neighbor Discovery Protocol (NDP);
- ICMP MTU Discovery.
- Deve implementar protocolos de gerenciamento Ping, Traceroute, Telnet, SSH, TFTP, SNMP, e DNS sobre IPv6.
- Deve implementar roteamento multicast PIM-DM ou PIM-SM e PIM-SSM para IPv4;
- Deve implementar protocolo BGP-EVPN (RFC 7432);
- Deve formar um virtual switch, de forma que os dois possam ser vistos como uma entidade única, logicamente. Esta funcionalidade pode ser provida através de:
- Suporte à funcionalidade de agregação de portas multi-chassi, através da criação de redundância ativa/ativa livre de loop e sem utilização de protocolo Spanning Tree, conforme as tecnologias MLAG, MC-LAG, M-LAG, Virtual Link Trunking, Multi-Chassis EtherChannel ou equivalentes;
- Deverão ser fornecidos todos os componentes necessários para garantia da alta disponibilidade, incluindo todos os módulos e/ou cabos/transceivers para interconexão dos equipamentos, bem como as licenças necessárias, caso aplicável;
- Os equipamentos quando virtualizados deverão possuir processamento local de modo a não existir tempo de convergência em caso de falha de um dos equipamentos do sistema virtualizado.

D. FUNCIONALIDADES DE CAMADA 2

- Deve suportar VLANs dinâmicas. Deve permitir a criação, remoção e distribuição de VLANs de forma dinâmica através de portas configuradas como tronco IEEE 802.1Q;
- Deve implementar “VLAN Trunking” conforme padrão IEEE 802.1Q nas portas Ethernet. Deve ser possível estabelecer quais VLANs serão permitidas em cada um dos troncos 802.1Q configurados.
- Deve implementar a funcionalidade de “Link Aggregation (LAGs)” conforme padrão IEEE 802.3ad;
- Deve implementar o padrão IEEE 802.1d, IEEE 802.1s e IEEE 802.1w;
- Deve implementar mecanismo de proteção da “root bridge” do algoritmo Spanning-Tree;
- Deve permitir a suspensão de recebimento de BPDUs (Bridge Protocol Data Units) caso a porta esteja colocada no modo “fast forwarding” (conforme previsto no padrão IEEE 802.1w). Sendo recebido um BPDU neste tipo de porta deve ser possível desabilitá-la automaticamente;
- Deve implementar o protocolo IEEE 802.1AB Link Layer Discovery Protocol (LLDP) e sua extensão LLDP-MED, permitindo a descoberta dos elementos de rede vizinhos;
- O equipamento deve suportar funcionalidade de virtualização em camada 2 de modo a suportar diversidade de caminhos em camada 2 e agregação de links entre 2 switches distintos (Layer 2 Multipathing);

E. FUNCIONALIDADES ROTEAMENTO

- Deve possuir roteamento nível 3 entre VLANs;
- Deve implementar protocolos de roteamento dinâmico OSPFv3;
- Deve implementar protocolos de roteamento dinâmico BGPv4 e BGPv6;
- Deve trabalhar simultaneamente com protocolos IPv4 e IPv6;
- Deve implementar Policy Based Routing;
- Deve implementar o protocolo VRRP (Virtual Router Redundancy Protocol)v3;
- Deve suportar roteamento estático para IPv6.

F. GERENCIAMENTO

- Os switches deverão ser gerenciáveis via SSHv2;
- Os switches deverão ser gerenciáveis via SNMPv3;

ITEM 01 – SWITCH NÚCLEO DE REDE

a. Características Físicas

- O equipamento deve possuir, no mínimo, 32 (trinta e duas) portas 1/10/25 Gigabit Ethernet SFP28
- Possuir, no mínimo, 04 (quatro) portas 100 Gigabit Ethernet QSFP28 com suporte a velocidades de 40 e 100 Gigabit Ethernet.
- Deve ser fornecido com pelo menos 4 transceivers QSPF+ 40GBASE-SR4. Os transceivers fornecidos deverão ser do mesmo fabricante do switch;
- Deve ser fornecido com pelo menos 4 transceivers QSPF+ 40GBASE-LR4. Os transceivers fornecidos deverão ser do mesmo fabricante do switch;
- Possuir no mínimo uma matriz de comutação com 3.2 Tbps em full duplex;
- Possuir capacidade de processamento de pelo menos 1.0 Bpps (Bilhões de pacotes por segundo);
- Deve possuir buffer mínimo de 32 MB;
- Deve possuir latência menor ou igual a 900 nanosegundos;
- Deve possuir capacidade para no mínimo 64.000 endereços MAC; e
- Deve possuir suporte a Jumbo frames de no mínimo 9000 bytes.;

b. Funcionalidades Gerais

- A solução deve implementar e prover arquitetura de rede de Datacenter utilizando a arquitetura “spine - leaf”, tendo o VxLAN como plano de dados (“data-plane”) e BGP EVPN para o plano de controle (“control-plane”).
- O protocolo Virtual Extensible LAN (VxLan) deverá suportar:
 - VXLAN Routing;
 - VxLAN Bridging;
 - VxLAN Tunnel End Point;
 - VxLAN Multi-VNI ou com mapeamento de VNI.
- Não serão aceitos qualquer tipo de empilhamento para os switches tipos 1 e 2.

c. Funcionalidades de Camada 2

- Deve implementar até 4.000 VLANs Ids conforme definições do padrão IEEE 802.1Q;
- Deve suportar no mínimo 100 grupos por switch com até 16 portas por LAG (IEEE 802.3ad);
- Deve implementar tabela MAC com até 64.000 entradas; e
- Deve implementar tabela ARP com até 64.000 entradas.;

d. Funcionalidades Roteamento

- Deve ter suporte a 120.000 (cento e vinte mil) rotas IPv4;
- Deve ter suporte a 10.000 (dez mil) rotas IPv6; e
- Deve implementar VRF ou VRF-Light com suporte a no mínimo 250 instâncias.

ITEM 02 - SWITCH DE DISTRIBUIÇÃO**a. Características Físicas**

- O equipamento deve possuir, no mínimo 24, (vinte e quatro) portas 1/10/25 Gigabit Ethernet SFP28;
- As portas SFP28 devem suportar transceivers dos padrões SFP+ 10GBase-SR, 10GBase-LR, 10GBase-ER, SFP 1000Base-SX, 1000Base-LX, 1000Base-ZX e 1000Base-T e cabos Direct Attach Cable (DAC);
- Deve ser fornecido com pelo menos 4 (quatro) transceivers QSPF+ 40GBASE-LR4. Os transceivers fornecidos deverão ser do mesmo fabricante do switch;
- Possuir, no mínimo, 4 (quatro) portas 100 Gigabit Ethernet QSFP28 com suporte a velocidades de 40 e 100 Gigabit Ethernet.
- Deve suportar transceivers padrões 40GBase-SR4, 40GBase-LR4;
- Deve suportar transceivers padrão 100GBase-SR4 e 100GBase-LR4
- Deve possuir matriz de comutação com capacidade de pelo menos 2 Tbps;
- Deve possuir capacidade mínima de 940 mpps de Throughput;
- Deve possuir buffer mínimo de 32 MB;
- Deve possuir latência menor ou igual a 900 nanosegundos;
- Deve possuir capacidade para no mínimo 64.000 endereços MAC; e
- Deve suportar a Jumbo frames de no mínimo 9000 bytes.;

b. Funcionalidades Gerais

- A solução deve implementar e prover arquitetura de rede de Datacenter utilizando a arquitetura “spine - leaf”, tendo o VxLAN como plano de dados (“data-plane”) e BGP EVPN para o plano de controle (“control-plane”).
- O protocolo Virtual Extensible LAN (VxLan) deverá suportar:
 - VXLAN Routing;
 - VxLAN Bridging;
 - VxLAN Tunnel End Point;
 - VxLAN Multi-VNI ou com mapeamento de VNI.
- Não serão aceitos qualquer tipo de empilhamento para os switches tipos 1 e 2.
- Deverá suportar, pelo menos, 2.000 Listas de Controle de Acesso

c. Funcionalidades de Camada 2

- Deve implementar até 4.000 VLANs Ids conforme definições do padrão IEEE 802.1Q;
- Deve suportar no mínimo 100 grupos por switch com até 16 portas por LAG (IEEE 802.3ad);
- Deve implementar tabela MAC com até 64.000 entradas; e
- Deve implementar tabela ARP com até 64.000 entradas.;

d. Funcionalidades Roteamento

- Deve ter suporte a 120.000 (cento e vinte mil) rotas IPv4;
- Deve ter suporte a 10.000 (dez mil) rotas IPv6; e
- Deve implementar VRF ou VRF-Light com suporte a no mínimo 250 instâncias.;

ITEM 03 - SWITCH DE BORDA

a. Características Físicas

- Possuir, no mínimo, 24 portas 10GBASE-X ativas simultaneamente, baseadas em SFP/SFP+ compatível com o padrão IEEE 802.3ae, devendo um mesmo slot suportar 10 Gigabit Ethernet 10GBASE-SR, 10GBASE-LR, 1000BASE-T e cabos Direct Attach Cable (DAC). Não é permitida a utilização de conversores externos;
- Possuir, no mínimo, 2 (duas) portas 40GBASE-X ativas simultaneamente, baseadas em QSFP+ compatível com o padrão IEEE 802.3ba, devendo um mesmo slot suportar 40 Gigabit Ethernet 40GBASE-SR4 e 40GBASE-LR4. Não é permitida a utilização de conversores externos;
- Deve ser fornecido pelo menos 04 transceivers QSFP+ 40GBASE-SR. Os transceivers fornecidos deverão ser do mesmo fabricante do switch;
- O switch deve ter processamento na velocidade real do hardware (wire speed) e sem nenhum bloqueio (non-blocking), ou seja, deve ser capaz de processar as 24 interfaces em 10 (dez) Gbps em full duplex simultaneamente sem bloqueio;
- Deve ser fornecido com pelo menos 02 (quatro) cabos 40GB tipo DAC com 1 metro;

b. Funcionalidades Gerais

- Implementar as seguintes funcionalidades/padrões:
- Padrão IEEE 802.3 (Ethernet)
- Padrão IEEE 802.3ab – (1000BASE-T).
- Padrão IEEE 802.3ae – (10GBASE-X).
- Padrão IEEE 802.3ba – (40GBASE-X).
- Padrão IEEE 802.3ad (Link Aggregation).
- Padrão IEEE 802.3x (Flow Control).
- Padrão IEEE 802.1ab (LLDP).
- Padrão IEEE 802.1d (Spanning Tree),.
- Padrão IEEE 802.1w (Rapid Spanning Tree).
- Padrão IEEE 802.1s (Multiple Spanning Tree).
- Padrão IEEE 802.1p (CoS – Class of Service).
- Padrão IEEE 802.1x (Network Access Control).
- Padrão IEEE 802.1q (VLAN).
- Padrões RFC 1112 (IGMP v1), RFC 2236 (IGMP v2) e RFC 3376 (IGMPv3).

c. Funcionalidades de Camada 2

- Deve implementar até 4.000 VLANs Ids conforme definições do padrão IEEE 802.1Q;
- Deve suportar no mínimo 100 grupos por switch com até 16 portas por LAG (IEEE 802.3ad);
- Deve implementar tabela MAC com até 32.000 entradas;
- Deve implementar tabela ARP com até 60.000 entradas;

d. Funcionalidades Roteamento

- Implementar as seguintes funcionalidades de IP Multicast:
- Multicast IPv4 com pelo menos 4000 (quatro mil) rotas.
- Multicast IPv6 com pelo menos 2000 (dois mil) rotas.
- Suportar o armazenamento de, no mínimo, 10000 (dez mil) rotas IPv4
- Suportar o armazenamento de, no mínimo, 5000 (cinco mil) rotas IPv6

ITEM 04 - TRANSCÉPTOR ÓPTICO 1000 BASE-T SFP RJ45

- Devem ser totalmente compatíveis para utilização nos switches especificados nos itens 1, 2 e 3;
- O transceptor deve ser padrão 1000 Base-T SFP RJ45; e
- Deve permitir a conectividade de cabo UTP com conector RJ45.

ITEM 05 - TRANSCÉPTOR ÓPTICO 10GB BASE-X SR

- Devem ser totalmente compatíveis para utilização nos switches especificados nos itens 1, 2 e 3;
- O transceptor deve ser padrão SFP+ 10Gb Base-X SR; e
- Deve permitir a conectividade de fibra óptica multimodo com conector LC.;

ITEM 06 - TRANSCÉPTOR ÓPTICO 10GB BASE-X LR

- Devem ser totalmente compatíveis para utilização nos switches especificados nos itens 1, 2 e 3;
- O transceptor deve ser padrão SFP+ 10Gb Base-X LR; e
- Deve permitir a conectividade de fibra óptica monomodo com conector LC.;

ITEM 07 – SISTEMA DE GERENCIAMENTO**a. Instalação e Configuração**

- Os serviços de instalação e configuração, necessários para a operacionalização dos switches, transceptores e do software de Gerenciamento devem ser executados pela CONTRATADA de acordo com os requisitos abaixo:
- A instalação, configuração e suporte dos componentes deverá seguir o cronograma a seguir:
- Etapa 1 – Preparo e Iniciação do Projeto: Etapa de definição do escopo, abrangência e cronograma do projeto de instalação e configuração.
- Etapa 2 – Definição de Requisitos da Solução: Etapa de definição e validação dos requisitos técnicos e de negócio da Solução.
- Etapa 3 – Plano e Arquitetura da Solução: Etapa de planejamento, desenho e concepção da Solução.
- Etapa 4 – Configuração e Integração da Solução: Etapa de instalação, configuração, integração e testes da Solução instalada.

- Etapa 5 – Migração: Etapa de planejamento e migração de recursos da infraestrutura existente à nova Solução.
- Etapa 6 – Operação Assistida: Etapa de acompanhamento da solução implementada.
- Etapa 7 – Transferência de Conhecimento: Etapa de formalização da transferência do conhecimento, já realizada durante as etapas de instalação.
- Etapa 8 – Garantia especializada do fabricante: A contratada auxiliará a contratante no entendimento e suporte à operação da Solução instalada em produção e deverá auxiliar a contratante no Gerenciamento de Incidentes junto ao suporte técnico da fabricante da Solução. A contratada deverá também emitir relatórios contendo o status de todos os casos abertos, bem como status de RMAs, progresso na análise de falhas e emissão de relatórios de KPIs de assuntos relacionados ao suporte técnico da fabricante da Solução.
- A qualidade dos serviços deve ser assegurada por meio da disponibilização de equipe técnica qualificada e certificada, incluindo pelo menos 1 (um) técnico especialista de cada fabricante da solução ofertada e pelo menos um profissional com conhecimento técnico da topologia completa e dos equipamentos.
- Etapa 1 – Preparo e Iniciação do Projeto
- Durante esta etapa, os gerentes de projeto da contratante e contratada desenvolverão o Plano, com entendimento da abrangência e cronograma do Projeto e conduzirão a reunião de kick-off para apresentar a “equipe de trabalho” e metodologia.
- Etapa 2 – Definição de Requisitos da Solução
- Nessa etapa, a contratante e a contratada definirão e validarão os requisitos técnicos e de negócio da Solução. Um documento listando todos os requerimentos da contratante deverá ser confeccionado pela contratada e deverá ser aprovado pela contratante. Todas as etapas posteriores possuem dependência desta etapa.
- A contratada, juntamente com membros designados pela contratante irá:
- Conduzir entrevistas para revisar o atual ambiente da contratante e identificar o ponto de integração entre legado e a nova Solução.
- Identificar todos os requerimentos para o correto funcionamento da Solução.
- Etapa 3 – Plano e Arquitetura da Solução
- Durante esta etapa, a contratada trabalhará em conjunto com a contratante para definir e documentar o plano de arquitetura e desenho da Solução. Como resultado desta etapa, será confeccionado e entregue à contratante um documento de arquitetura do tipo SOW (em tradução livre, escopo de trabalho) que deverá conter o desenho definido e detalhes da configuração que será aplicada durante a etapa de implementação:
- Objetivo dos serviços;
- Plano de gerenciamento de mudanças, detalhando passo-a-passo o escopo da migração;
- Cronograma das atividades que serão realizadas, com os prazos estimados e as diretrizes para cada atividade;
- Projeto lógico de configuração e diagrama de interconexão dos equipamentos;
- Nome (s) do (s) gerente (s) de projetos responsável (is) e do (s) técnico (s) responsável (is) pela execução dos serviços;
- Lista de todos os elementos instalados contendo:
- Nome e endereço IP do equipamento;
- Equipamento e porta na qual o equipamento foi conectado;
- Local de instalação (prédio, andar, sala);
- Número de série do equipamento.
- O SOW deverá ser entregue pela CONTRATADA em até 30 (trinta) dias úteis após a assinatura do aceite provisório dos equipamentos, o qual deverá ser aprovado pela CONTRATANTE;
- Os serviços não poderão ser iniciados antes da apresentação e assinatura de concordância de ambas as partes;
- Etapa 4 – Configuração e Integração da Solução
- Durante a etapa 4, a Equipe de Projeto deverá instalar e configurar a Solução ofertada no ambiente da contratante e deverá, se necessário, integrá-la ao ambiente já existente. Nesta fase deverá ser realizado teste dos componentes da Solução, conforme desenho apresentado no documento de arquitetura, entregue na etapa 3.
- Todos os parâmetros a serem configurados deverão ser alinhados entre as partes em reuniões de pré-projeto, podendo estas ser realizadas presencialmente, por telefone ou via conferência web, devendo a contratada sugerir as configurações de acordo com normas e boas práticas, cabendo à contratante a sua aceitação expressa ou recusa nos casos de não atendimento das condições estabelecidas;
- As configurações deverão seguir fielmente a padronização previamente estabelecida pela contratante.
- Etapa 5 – Migração
- A contratada deverá planejar e executar a migração de recursos do ambiente existente para a nova Solução.
- A substituição da infraestrutura atual deve ser planejada e executada de modo que não cause interrupções e paralisações não programadas, ou qualquer outro tipo de transtorno ao correto funcionamento do ambiente operacional da contratante;
- Caso não seja possível manter a disponibilidade dos serviços básicos no momento da instalação, as manobras de implantação deverão ser realizadas durante janela de manutenção agendada previamente, em horários que não comprometam o funcionamento das atividades do órgão, inclusive aos sábados, domingos e feriados;
- Os serviços de migração contemplam ainda a supervisão das instalações individuais dos equipamentos e a execução de um roteiro de testes para verificação da operação dos serviços, além da elaboração de relatórios gerenciais de acompanhamento dos serviços sempre que solicitados pela contratante, e a retirada dos equipamentos da infraestrutura obsoleta, que devem ser rotulados, relacionados, acondicionados em embalagens apropriadas e armazenados em local designado pela contratante;
- Ao término do serviço deve ser fornecido um relatório detalhado (as-built) contendo todas as configurações realizadas, com comentários sobre os principais comandos e as justificativas das opções de parametrização de modo a facilitar a posterior administração da solução e a continuidade de seu funcionamento;
- Etapa 6 – Operação Assistida
- A CONTRATADA deverá prestar Operação Assistida à solução durante 30 dias (úteis), tendo seu início após o Etapa 5, devendo manter pelo menos 1 (um) técnico dedicado no local (on-site), 08 (oito) horas por dia, 05 (cinco) dias por semana.
- A operação assistida poderá ser prestada de forma remota, caso a CONTRATANTE julgue pertinente a adoção das melhores práticas de segurança e distanciamento social.
- A Operação Assistida permite o acompanhamento do funcionamento da solução por técnico certificado da contratada, abrangendo também a execução de serviços não programados ou não esperados no planejamento inicial, necessários para o correto funcionamento da nova estrutura;
- Caso surjam situações emergenciais decorrentes de falhas nos equipamentos instalados ou nas configurações implantadas, e que impossibilitem o funcionamento da solução, a CONTRATANTE poderá exigir a presença adicional do técnico aos finais de semana ou fora do horário comercial;
- Deverá ser prestado todo o suporte à operação do novo ambiente, minimizando o risco e proporcionando as condições ideais para transferência da tecnologia envolvida em regime de operação conjunta, até que a contratante possa assumir as atividades integralmente;
- Deverá ser designado um corpo técnico para a realização dos trabalhos no local da instalação, sendo esperada a realização de testes, análises, medidas e ajustes que assegurem que as operações diárias sejam realizadas em conformidade com os padrões pré-estabelecidos;
- 7.5 O serviço de operação assistida deve incluir:
- Execução de atividades operacionais, utilizando os procedimentos recomendados a cada rotina;
- Execução de atividades de manutenção corretiva, utilizando procedimentos que permitam maior eficiência e eficácia na solução de falhas;
- Execução de atividades de manutenção preventiva, rotinas de testes, análises e medidas, utilizando procedimentos que assegurem mínima interferência na operação e máxima disponibilidade dos produtos;
- Elaboração de procedimentos especiais ou detalhamento dos procedimentos padrão, caso seja necessário;
- Elaboração de relatórios de atividades detalhando os procedimentos realizados e eventuais ajustes, se necessário;
- Apoio para interoperação das funcionalidades implementadas com os equipamentos existentes na rede da CONTRATANTE.
- A Operação Assistida poderá ser realizada de forma concomitante à transferência de conhecimento, desde que alocado técnicos distintos para cada tarefa, e somente após anuência e autorização da CONTRATANTE;

b. Switches

- A instalação refere-se à instalação física e lógica dos switches, no Centro de Processamento de Dados da contratante, abrangendo:
- Sua disposição e conectorização no rack de telecomunicações;
- A instalação dos transceptores em seus módulos/slots;
- Sua interconexão a outros switches, roteadores, firewalls, ADCs e servidores de rede, entre outros;

- Suas configurações de interfaces, endereçamento e serviços de rede, além de outras configurações necessárias ou constantes no Projeto de Instalação;
- Sua identificação e a identificação de todas as suas conexões.
- A contratada deverá providenciar todos os materiais necessários à instalação física dos equipamentos; a CONTRATANTE será responsável pela disponibilização do(s) rack(s) e fornecimento de pontos elétricos necessários à instalação dos equipamentos; no entanto, todo o cabeamento para interconexão dos equipamentos fornecidos é de responsabilidade da contratada;
- Os serviços não poderão ser iniciados antes da apresentação e assinatura de concordância de ambas as partes;
- Ao término do serviço deve ser fornecido um relatório detalhado (as-built) contendo todas as configurações realizadas, com comentários sobre os principais comandos e as justificativas das opções de parametrização de modo a facilitar a posterior administração da solução e a continuidade de seu funcionamento; a critério da contratante, poderá ser elaborado um único as-built contendo todas as informações de todos os equipamentos e módulos instalados/configurados.

c. Software de Gerenciamento

- A instalação refere-se ao Sistema de Gerenciamento dos switches, na infraestrutura existente no Ministério da Defesa, e sua configuração lógica, abrangendo:
- Suas configurações de interfaces, endereçamento e serviços de rede, além de outras configurações necessárias ou constantes no Projeto de instalação;
- A inclusão e a configuração de todos os equipamentos e os equipamentos legados compatíveis em sua base;
- O ajuste dos demais parâmetros de configuração, conforme Projeto de instalação.
- O Sistema de Gerenciamento será instalado em servidores/equipamentos do parque tecnológico da contratante, sendo desta a responsabilidade pela disponibilização dos recursos necessários à sua instalação;
- Os serviços não poderão ser iniciados antes da apresentação e assinatura de concordância de ambas as partes;
- Ao término do serviço deve ser fornecido um relatório detalhado (as-built) contendo todas as configurações realizadas, com comentários sobre os principais comandos e as justificativas das opções de parametrização de modo a facilitar a posterior administração da solução e a continuidade de seu funcionamento; a critério da CONTRATANTE, poderá ser elaborado um único as-built contendo todas as informações de todos os equipamentos e módulos instalados/configurados.

ITEM 09 - TREINAMENTO

- O treinamento deve garantir que toda a informação gerada durante os processos de instalação e migração seja integral e formalmente apresentada à equipe da CONTRATADA, por meio de métodos expositivos, realização prática das atividades, apresentação de resumos, esquemas, relatórios ou qualquer outro documento que viabilize ou facilite a absorção da tecnologia do novo ambiente pela equipe da CONTRATADA;
- É parte integrante do escopo do treinamento a disponibilização de toda a documentação técnica, incluindo manuais de instalação, configuração e de usuário, relativa aos componentes integrantes da solução;
- A CONTRATADA deverá realizar treinamento para 1 (uma) turma com 5 (cinco) servidores indicados pela CONTRATANTE;
- A transferência de conhecimento deverá ser realizada em Brasília-DF, preferencialmente nas dependências da CONTRATANTE, por técnicos com certificação (ões) técnica (s) emitida (s) pelo(s) fabricante(s) dos equipamentos, e poderá ser realizada durante as semanas de Operação Assistida contratadas, desde que alocado técnicos distintos para cada tarefa, e somente após anuência e autorização da CONTRATANTE. A transferência de conhecimento não é parte integrante da carga horária de Operação Assistida contratada.
- A transferência de conhecimento poderá ser prestada de forma remota, caso a CONTRATANTE julgue pertinente a adoção das melhores práticas de segurança e distanciamento social.
- O treinamento deverá ser realizado em apenas 01 (um) turno, matutino ou vespertino.
- O treinamento deverá ter carga horária mínima de 30 (trinta) horas;
- A CONTRATADA assumirá todas as despesas e encargos inerentes à transferência de conhecimento, compreendendo as despesas com hospedagem, transporte e alimentação dos técnicos responsáveis pelo repasse e demais despesas/custos indiretos que incidirem sobre esta contratação;
- A CONTRATADA deverá fornecer toda a infraestrutura necessária para realização do treinamento;
- A solução utilizada para realização do treinamento deverá, no que concerne às configurações e instalação, ser idêntica à solução ofertada no certame licitatório podendo ser diferente apenas em relação à capacidade de processamento, throughput, por se tratar de treinamento;
- A CONTRATADA poderá utilizar-se da solução instalada para a realização da transferência de conhecimento, garantidas as condições para que não haja interrupção da solução já implementada;
- A CONTRATADA deverá fornecer o conteúdo didático utilizado no treinamento na forma impressa para todos os participantes;
- A CONTRATADA deverá fornecer uma cópia digital do conteúdo didático utilizado no treinamento que deverá ser entregue para o gestor do contrato;
- Durante a transferência de conhecimento deverão ser fornecidos aos técnicos da CONTRATANTE todo material e documentação, preferencialmente em português, necessários à perfeita compreensão da solução instalada (slides, exemplos de implementação, documentação do projeto executado na CONTRATANTE, etc.) bem como alimentação compatível com a quantidade de pessoas envolvidas, quando esta ocorrer fora das dependências das CONTRATANTE;
- Ao término da transferência de conhecimento deverá ser realizada uma avaliação da atividade por parte da equipe da CONTRATANTE, que atribuirá as seguintes classificações: A – Mais que Suficiente, B – Suficiente e C – Insuficiente;
- Caso 50% (cinquenta por cento) ou mais dos técnicos da CONTRATANTE avalie a transferência de conhecimento como insuficiente, a CONTRATADA deverá providenciar, sem ônus, outro período para a transferência de conhecimento.
- Caberá à CONTRATADA o controle de participação no treinamento pelos servidores indicados pela CONTRATANTE;
- Ao final do treinamento, a CONTRATADA deverá emitir certificado de participação no treinamento para os participantes;
- O certificado emitido deverá conter:
 - Nome do participante;
 - Período de realização com dias e horários;
 - Carga horária do treinamento;
 - Percentual de frequência do participante;
 - Nome e assinatura do Instrutor;
 - Nome e assinatura do Representante da CONTRATADA;
- O treinamento deverá abranger, no mínimo, os seguintes conteúdos:
 - Instalação e Configuração da Solução;
 - Conceitos e configuração de alta disponibilidade;
 - Melhores práticas;
 - Solução de problemas básicos;
 - Demais conceitos e configurações essenciais ao entendimento e manuseio da solução por parte da CONTRATANTE

ANEXO II



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA GERAL
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL
DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

À

Gerência de Orçamentos e Finanças (GEOFI)

Coordenação de Licitação e Contratos (COLIC)

Pregão Eletrônico nº ____/20____-MD

Sessão Pública: ____/____/20____

Horário: ____ h

Proposta que faz a empresa _____ para o fornecimento de _____ por 12 meses, conforme condições, qualidades, especificações técnicas, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e em seus anexos, conforme tabela abaixo:

Bem/Serviço	Quant.	Valor unitário (R\$)	Valor
Switch Núcleo	2		
Switch de Distribuição	2		
Switch de Borda	6		
Transceptor Óptico 1000 Base-T SFP RJ45	40		
Transceptor Óptico 10Gb Base-X SR	15		
Transceptor Óptico 10Gb Base-X LR	36		
Software de Gerenciamento	1		

Prazo de validade da proposta: dias (não inferior a 60 (sessenta) dias.

Declaramos que atenderemos a todos os dispositivos constantes do Termo de Referência, Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº ____/20____-MD.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas nos documentos de contratação.

Declaramos que os preços contidos nesta proposta incluem todos os custos e despesas referentes ao objeto da licitação, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, transporte, mão-de-obra, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação e, para esse fim, fornecemos os seguintes dados:

Razão Social	
Inscrição Estadual	
CNPJ	
Endereço	
E-mail	
Telefone	
Fac-símile	
Dados bancários	

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato:

Nome	
CPF	
Cargo/Função	

Endereço

E-mail

Local e data,de.....de 20__.

Assinatura e carimbo (representante legal)

ANEXO III



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA GERAL
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL
DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

TERMO DE COMPROMISSO

O, sediado em, CNPJ nº, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a, sediada em, CNPJ nº, doravante denominada CONTRATADA;
CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO nº XX/20XX doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE;
CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;
CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE;
Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pela CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18/11/2011 e os Decretos 7.724, de 16/05/2012 e 7.845, de 14/11/2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

Cláusula Terceira – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes;

Cláusula Quarta – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

- I. Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;
- II. Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
- III. sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

Cláusula Quinta – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

- I. A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I. Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

- I. Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;
- II. Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;
- III. Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e
- IV. Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

Cláusula Sexta – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretrável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

Cláusula Sétima – DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Oitava – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

- I. A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;
- II. A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.
- III. A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;
- IV. Todas as condições, Termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;
- V. O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;
- VI. Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;
- VII. O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo a CONTRATO PRINCIPAL;
- VIII. Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiações, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

Cláusula Nona – DO FORO

A CONTRATANTE elege o foro da, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

Brasília, _____ de _____ de 20__

De Acordo

CONTRATANTE	CONTRATADA
Matrícula: _____	_____
TESTEMUNHAS	
Testemunha 1	Testemunha 2

--	--

ANEXO IV

MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA GERAL
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL
DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente instrumento, eu, _____, CPF nº _____, Carteira de Identidade nº _____, expedida pelo _____ em _____, CUSTODIANTE de informações da Administração Central do Ministério da Defesa (ACMD), declaro ter conhecimento da Política de Segurança da Informação e Comunicações da administração central do Ministério da Defesa, segundo a qual, sem restar qualquer dúvida de minha parte, devo cumprir todas as suas diretrizes e orientações.

Estou ciente de meu compromisso no Ministério da Defesa e assumo a responsabilidade pelas consequências decorrentes da não observância do disposto na POSIC da administração central do Ministério da Defesa e na legislação vigente.

Brasília - DF, ____ de _____ de _____

Assinatura
(Usuário)

ANEXO V

MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA GERAL
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL
DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

A _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr. (a.) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____, expedida pelo (a) _____ e CPF nº _____, declara que, para fins da execução do contrato nº _____, comprometemo-nos a manter em sigilo, ou seja, não revelar ou divulgar as informações confidenciais ou de caráter não público recebidas durante e após a prestação dos serviços nas instalações do Ministério da Defesa, tais como: informações técnicas, operacionais, administrativas, econômicas, financeiras e quaisquer outras informações, escritas ou verbais, fornecidas ou que venham a ser de nosso conhecimento, sobre os serviços licitados, ou que a eles se referem e ainda respeitar as normas de segurança vigentes.

A violação dos termos deste instrumento resultará na aplicação das penalidades cabíveis ao infrator, cíveis e criminais, nos termos da lei, obrigando-lhe, ainda, a isentar e/ou indenizar o Ministério da Defesa de todo e qualquer dano, perda, prejuízo ou responsabilidade, em virtude de demandas, ações, danos, perdas, custas e despesas que porventura venha a sofrer como resultado da violação do disposto neste instrumento

Local e Data

Nome, Cargo e Assinatura
(Representante da Licitante)



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Leopoldino Abreu, Integrante Requisitante**, em 10/12/2021, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Victor Einecke Miguel, Integrante Técnico**, em 10/12/2021, às 16:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Helder Line Oliveira, Assistente Técnico(a) Militar**, em 10/12/2021, às 17:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **WALDIR FRANCISCO DAS NEVES SILVEIRA JUNIOR, Ordenador(a) de Despesas**, em 10/12/2021, às 18:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Jeferson Denis Cruz de Medeiros, Diretor**, em 10/12/2021, às 18:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **4423426** e o código CRC **4AC09095**.